



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

FLÁVIA MARIA DOS SANTOS

**MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EJA E
A OFERTA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO EM MUNICÍPIOS PAULISTAS**

**SÃO CARLOS
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

FLÁVIA MARIA DOS SANTOS

**MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EJA E
A OFERTA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO EM MUNICÍPIOS PAULISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação da Profa. Dra. Juliane Ap. de Paula Perez Campos, para Exame de Defesa do Mestrado em Educação Especial.

**SÃO CARLOS
2019**

FLÁVIA MARIA DOS SANTOS

**MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EJA E A OFERTA DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM MUNICÍPIOS PAULISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito final para a obtenção de título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Orientadora Dra: Juliane Ap. de Paula Perez Campos - UFSCar

Prof^ª Dr^ª Cristina Cinto Araújo Pedroso - Universidade de São Paulo

Prof^ª. Dra. Rosimeire Maria Orlando - UFSCar

São Carlos, 28 de fevereiro de 2019

SANTOS, FLÁVIA MARIA

MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EJA E A OFERTA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM MUNICÍPIOS PAULISTAS / FLÁVIA MARIA SANTOS. -- 2019.

73 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: JULIANE APARECIDA DE PAULA PEREZ CAMPOS

Banca examinadora: Rosimeire Maria Orlando, Cristina Cinto Araújo Pedroso

Bibliografia

1. Educação Especial . 2. Educação de Jovens e Adultos . 3. Atendimento Educacional Especializado . I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Flávia Maria dos Santos, realizada em 28/02/2019.

Prof. Dra. Juliane Aparecida de Paula Perez Campos
UFSCar

Prof. Dra. Rosimere Maria Orlando
UFSCar

Prof. Dra. Cristina Cirto Araujo Pedroso
USP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Rosimere Maria Orlando e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dra. Juliane Aparecida de Paula Perez Campos

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais, Sebastião e Maria Helena,
Aos meus irmãos, Daiane e Adriano,
E aos meus sobrinhos, Lara, Antônio e Pedro.

AGRADECIMENTOS

De forma especial, a Deus, pela minha vida e por me permitir esta conquista e cultivar esperançosamente novas outras.

À minha família, que nunca mediu esforços para me ajudar e me apoiar durante este trabalho, e, sobretudo, por me incentivar em toda a minha trajetória de vida.

À minha orientadora, Prof. Dra. Juliane Ap. de Paula Perez Campos, por me acompanhar por todos esses anos me ensinando e me nutrindo com seu saber em todos os momentos.

À Professora Dra. Cristina Cinto Araújo Pedroso pela presença e pelas importantes contribuições e observações nas bancas de qualificação e defesa.

À Professora Dra. Rosimeire Maria Orlando pela presença e pelas enriquecedoras avaliações nas bancas de qualificação e defesa.

Aos integrantes do grupo de Pesquisa GEPEPD pelos momentos diuturnos de estudos, apoio e amizade, e em especial à querida Graciliana Ramos pela paciência para me auxiliar durante a coleta dos dados pelo software.

Agradeço da mesma forma às minhas amigas do mestrado Joice, Michelle e Polyane pela companhia, apoio e amparo mútuo e pelas muitas risadas durante nossa trajetória comum.

Agradeço ainda às minhas amigas de graduação Ana Karolina, Larissa, Jade, Luana, Bruna e Eduarda pelo apoio compartilhado nessa jornada.

Agradeço aos amigos e amigas da minha cidade de Cajuru, que mesmo de forma indireta participaram dessa minha caminhada rumo ao mestrado.

A todos os meus amigos presentes nesta e em todas as outras etapas da minha formação acadêmica, por serem essenciais à minha vida.

E finalmente à CAPES, pelo investimento imprescindível nesta pesquisa.

A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original.
Albert Einstein

RESUMO

MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EJA E A OFERTA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM MUNICÍPIOS PAULISTAS

A educação especial na modalidade da educação de jovens e adultos constitui um processo de inclusão de pessoas que foram duplamente excluídas da sociedade. Nessa temática, a análise de fatores que compõem esse contexto permite que sejam expostas realidades e que, a partir daí, sejam estudadas as diferentes vertentes que formam essa modalidade. A pesquisa teve como objetivo geral a caracterização das matrículas de alunos PAEE na EJA (nível ensino fundamental) das escolas municipais paulistas e a identificação da oferta do AEE para esses alunos em dez municípios paulistas. O estudo foi organizado em duas etapas. A etapa 1 se caracterizou pela coleta dos dados no Inep e filtragem pelo software IBM SPSS Statistics 20, e a etapa 2 pela análise e discussão dos dados coletados, sendo esta etapa dividida nas categorias: análise geral das matrículas de alunos PAEE na EJA em SP; análise das matrículas de alunos PAEE na EJA nas escolas municipais dos 10 municípios selecionados; análise das matrículas de acordo com os tipos de deficiência; caracterização das matrículas das escolas municipais dos dez municípios do estudo e análise da oferta do AEE nesses municípios. Os resultados indicam variação no número de matrículas entre os quatro anos estudados (2015 a 2018). Na caracterização dos municípios selecionados para o estudo, ocorreu a predominância de matrículas de alunos da raça branca, do sexo masculino e da faixa etária predominante (15 aos 20 e dos 21 aos 30 anos) nas matrículas analisadas. Na oferta do AEE, os dados obtidos revelam a discrepância entre o número de matrículas contabilizadas com o número de atendimentos fornecidos a esses alunos, de acordo com a pesquisa nos dez municípios selecionados para este estudo.

Palavras-chave: Educação Especial; Indicadores Educacionais; Educação de Jovens e adultos. Atendimento Educacional Especializado.

APOIO: CAPES

ABSTRACT

ENROLLMENT OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN EJA AND THE OFFER OF SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE IN CITIES OF SAO PAULO STATE

Special education in the modality of youth and adult education is part of the process of including people who were doubly excluded from society. In this theme, the analysis of factors that make up this reality, allows realities to be exposed and that from there, the different aspects that make up this modality are studied. The general purpose of the research is to characterize the general enrollment of PAEE students in EJA (elementary school level) in São Paulo municipal schools and to identify the offer of AEE for PAEE students enrolled in the EJA modality in ten cities of São Paulo state. The survey was organized in two stages. Stage 1 was characterized by data collection at INEP and filtering by the IBM SPSS Statistics 20 software, and Stage 2 by analysis and discussion of the collected data, this stage was split into the categories: general analysis of PAEE students' enrollments at EJA in SP; analysis of the enrollment of PAEE students in EJA in municipal schools in the 10 selected cities; analysis of enrollments according to the types of disabilities; characterization of the enrollment of municipal schools in the 10 cities of the study and analysis of the offer of AEE in the 10 cities. Findings indicated that variation in the number of enrollments between the four years studied (2015 to 2018). In the characterization of the cities selected for the study, there was a predominance of enrollments of white, male and predominant age groups (15 to 20 and from 21 to 30 years old) in the enrollments analyzed. In the AEE offer, the data obtained reveal the discrepancy between the numbers of enrollments counted with the number of services provided to these students, according to the survey in the ten cities selected for this research.

Keywords: Special Education; Educational Indicators; Youth and adult education. Specialized Educational Service.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: ACESSO INICIAL AO SITE DO INEP.

FIGURA 2: ACESSO À ABA DOS DADOS E DOS MICRODADOS.

FIGURA 03: SELEÇÃO DOS BANCOS DE MICRODADOS A SEREM BAIXADOS.

FIGURA 4: ACESSO INICIAL AO SOFTWARE.

FIGURA 5: ACESSO A CAIXA DE VARIÁVEIS A SEREM SELECIONADAS.

FIGURA 6: SELEÇÃO DE VARIÁVEIS PARA A FILTRAGEM DOS DADOS.

FIGURA 07: VARIÁVEIS SELECIONADAS.

FIGURA 8: VARIÁVEIS JÁ SELECIONADAS PARA SEREM FILTRADAS.

FIGURA 9: FILTRAGEM PRÉVIA DOS DADOS.

FIGURA 10: SEGUNDA ETAPA DE FILTRAGEM DAS VARIÁVEIS.

FIGURA 11: VARIÁVEIS JÁ FILTRADAS E A SELEÇÃO DAS “FREQUÊNCIAS” A SEREM FILTRADAS.

FIGURA 12: DADOS FILTRADOS APRESENTADOS EM TABELAS.

FIGURA 13: SELEÇÃO DAS VARIÁVEIS CORRESPONDENTES AO OBJETIVO DA ETAPA.

FIGURA 14: SELEÇÃO DAS VARIÁVEIS DO EJA FUNDAMENTAL I E DAS ESCOLAS PAULISTAS POR MUNICÍPIO.

FIGURA 15: SELEÇÃO DOS DESCRITIVOS DE CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS DE CADA MUNICÍPIO FILTRADO.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS DE ALUNOS PAEE NA EJA REGULAR, POR GÊNERO.

GRÁFICO 02: CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS DE ALUNOS PAEE NA EJA POR RAÇA.

GRÁFICO 03: OFERTA DE MATRÍCULAS DOS JOVENS E ADULTOS NA EJA NO NÍVEL DO FUNDAMENTAL I.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: MUNICÍPIOS SELECIONADOS PARA CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS.

TABELA 02: DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS DE ALUNOS PAEE NA EJA REGULAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS PAULISTAS.

TABELA 03: MATRÍCULAS DE ALUNOS PAEE NA EJA ENSINO FUNDAMENTAL I (ANOS INICIAIS), DAS ESCOLAS MUNICIPAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO CLASSIFICADAS POR TIPOS DE DEFICIÊNCIA (2015 A 2018).

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO DE BARRETOS, SEGUNDO OS INDICADORES COR/RAÇA, SEXO, FAIXA ETÁRIA E ZONA RESIDENCIAL.

QUADRO 02: CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO DE BAURU, SEGUNDO OS INDICADORES COR/RAÇA, SEXO, FAIXA ETÁRIA E ZONA RESIDENCIAL.

QUADRO 03: CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE, SEGUNDO OS INDICADORES COR/RAÇA, SEXO, FAIXA ETÁRIA E ZONA RESIDENCIAL.

QUADRO 04: CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO, SEGUNDO OS INDICADORES COR/RAÇA, SEXO, FAIXA ETÁRIA E ZONA RESIDENCIAL.

QUADRO 05: CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO DE LIMEIRA, SEGUNDO OS INDICADORES COR/RAÇA, SEXO, FAIXA ETÁRIA E ZONA RESIDENCIAL.

QUADRO 06: CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ, SEGUNDO OS INDICADORES COR/RAÇA, SEXO, FAIXA ETÁRIA E ZONA RESIDENCIAL.

QUADRO 07: CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, SEGUNDO OS INDICADORES COR/RAÇA, SEXO, FAIXA ETÁRIA E ZONA RESIDENCIAL.

QUADRO 08: CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO DE DIADEMA, SEGUNDO OS INDICADORES COR/RAÇA, SEXO, FAIXA ETÁRIA E ZONA RESIDENCIAL.

QUADRO 09: CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO DE SANTOS, SEGUNDO OS INDICADORES COR/RAÇA, SEXO, FAIXA ETÁRIA E ZONA RESIDENCIAL.

QUADRO 10: CARACTERIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO DE MAUÁ, SEGUNDO OS INDICADORES COR/RAÇA, SEXO, FAIXA ETÁRIA E ZONA RESIDENCIAL.

QUADRO 11: MATRÍCULAS NA EJA E MATRÍCULAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1 A educação de jovens e adultos e a escolarização das pessoas público-alvo da educação especial	20
1.1.1 O Atendimento Educacional Especializado no contexto da EJA	24
2. MÉTODO	31
2.1 Fonte dos Dados	31
2.2 Instrumento	33
2.3 Procedimento de coleta dos dados	34
2.3.1 Levantamento das matrículas de alunos (2015-2018) PAEE na EJA no estado de São Paulo.	35
2.3.2 Levantamento das matrículas do ensino fundamental 1 das escolas municipais paulistas	41
2.3.3 Seleção dos municípios paulistas e a oferta do Atendimento Educacional Especializado na EJA	44
2.4 Procedimento de análise dos dados	48
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
3.1. Caracterização do total de matrículas dos alunos PAEE no estado de São Paulo na modalidade da Educação de Jovens e Adultos	49
3.2 Caracterização das matrículas na EJA no nível de ensino fundamental I por tipo de deficiência: panorama das escolas municipais paulistas.	53
3.3 Caracterização da oferta de matrículas dos jovens e adultos na EJA no nível do fundamental I, nos municípios paulistas.	55
3.4 Oferta do Atendimento Educacional Especializado aos alunos PAEE matriculados na EJA, nos municípios selecionados.	66
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
5. REFERÊNCIAS	72

APRESENTAÇÃO

Desde o início da graduação na licenciatura em educação especial, me interessei mais pela temática da educação de jovens e adultos, pois se mostrava como uma das áreas da educação especial pouco faladas e estudadas ao decorrer do curso.

Meu primeiro contato com a EJA ocorreu durante o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “Jovens e adultos com deficiência intelectual em uma instituição de ensino especial: caracterização do processo de escolarização”, em que pude ter as primeiras experiências teóricas e práticas na área da EJA.

Durante a realização da pesquisa, entrei em contato com todas as referências da área por meio de artigos, publicações, livros, etc. A minha primeira observação foi que era uma área bem escassa de pesquisas, com muitas lacunas a serem preenchidas de forma a transformar a modalidade em um campo de estudos e, dessa maneira, expandir a oferta do ensino a diferentes públicos.

Durante as coletas era evidente a falta de adaptação para receber alunos com deficiências na educação de jovens e adultos mesmo em uma instituição privada de ensino. A defasagem iniciava-se na oferta da matrícula e se desdobrava na permanência, em que era possível perceber que a falta de acesso e informações de todos os profissionais envolvidos prejudicava ambos os lados.

Ao decorrer das ofertas das matrículas e da expansão da educação especial no sentido de ser acessível a todos os públicos, o meu processo de conhecimento na área se intensificou, mas havia, no entanto, carência de novos estudos e novas referências que me possibilitassem acrescentar, tanto na teoria quanto na prática, fatores comprovados. Fatores tais que indicassem o que a modalidade da EJA já dispunha e o que ainda era necessário para tornar a modalidade uma oferta de ensino de qualidade e com acesso extensivo a todos.

Diante dessa perspectiva, entrou em cena o atendimento educacional especializado, que, juntamente à modalidade, se caracterizava por ensinar respeitando as necessidades educacionais individuais dos alunos. Dessa forma, o meu trabalho se voltou em um projeto que estudasse a realidade do ensino ofertado e de que forma esse ensino se mostrava na prática.

Juntando as teorias e os dados práticos, iniciei minha caminhada neste projeto de mestrado, com o objetivo de trazer de forma mais específica e completa possível a realidade por trás da oferta da EJA e o funcionamento do AEE dentro da modalidade.

Trabalhar em uma área onde o ensino já era marginalizado em razão da falta de pesquisas e falta de investimentos me transformou como pessoa e como pesquisadora, pois foi a partir de então que pude olhar mais “humanamente” para essa modalidade de ensino e me interessar por pesquisar e produzir na área, além de instigar, mediante o meu trabalho, o interesse de outras pessoas que pudessem acrescentar conhecimentos na área.

Unindo a carga teórica da temática à prática da modalidade, busquei com o meu trabalho ampliar esse espaço que a EJA ocupa nas pesquisas científicas e na sua oferta no ensino regular e em instituições privadas, de modo que o assunto fosse mais profundamente pesquisado. Enfim, com este meu estudo busquei sugerir mais temáticas a serem pesquisadas com um olhar mais atento e crítico.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa debruça-se sobre a oferta de matrículas de alunos público-alvo da educação especial¹ (PAEE) e sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede de ensino comum do estado de São Paulo.

Ao buscar na história do atendimento educacional aos deficientes, vê-se que até meados do século XVIII as noções a respeito da deficiência ainda eram ligadas ao misticismo e ao ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realistas acerca das deficiências (MAZZOTA, 2011). No final do século XVIII para o século XIX, logo após os impulsos vinculados ao interesse de pessoas com mais poderes dentro da sociedade, irrompe um envolvimento mais direto de profissionais médicos e mais serviços da área de saúde, trazendo ao cenário a concepção pedagógica do assunto.

Assim, surgem os primeiros tratamentos além da internação voltada aos cuidados básicos dos deficientes, quando então buscaram descobrir as causas e como tratá-las; porém, de forma que atendesse a demanda e os limites dos indivíduos. Nesse âmbito, os questionamentos sobre a educação dos deficientes foram inevitáveis e foram ganhando cada vez mais força. Mesmo com a intervenção da visão médica e as mudanças no tratamento dispensado aos deficientes até o final do século XIX, ainda se utilizavam de expressões pejorativas para definir essas pessoas.

Os marcos que definiram a implementação da educação especial nas Leis atuais foram da criação de casas de acolhimento à criação de institutos, mediante processos de descobertas, estudos e investimentos por parte de médicos, psicólogos, educadores e outros profissionais que enxergavam no indivíduo com deficiência potencial suficiente para inicialmente ser socializado e reintegrado na sociedade e, posteriormente, serem eles educados e ensinados como as demais pessoas. Entre o processo de desestruturação dos estigmas ao redor das pessoas com deficiências e a atribuição de direitos a essa parcela da população, para que a educação especial fosse organizada e colocada em prática, surge o movimento pela educação inclusiva.

A educação inclusiva abre um novo cenário no contexto educacional, formando um paradigma que tem fundamento na concepção dos direitos humanos, associando a

¹ Considera público-alvo da Educação Especial alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). O termo *público-alvo da Educação Especial*, representado pela sigla PAEE tem sido utilizado nas pesquisas por abranger todas as deficiências e/ou necessidades especiais, sendo utilizado como referência no presente estudo.

igualdade e diferença como valores que não se separam e que se aproximam da ideia de equidade ao contextualizar circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

No ambiente educacional, a Declaração de Salamanca dispõe que as escolas adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.

O Ministério da Educação, intermediado pela Secretaria de Educação Especial, tendo por base a Constituição Federal de 1988 (que estabelece o direito da educação a todos), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Decreto Legislativo nº186, de julho de 2008, que autentica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.

2.3 A educação de jovens e adultos e a escolarização das pessoas público-alvo da educação especial.

Para que a inserção dos jovens e adultos na EJA seja efetiva, conta-se com um longo período de mudanças e adaptações nos sistemas de ensino, uma vez que esses alunos estão fora da faixa etária correspondente e é viável que os conteúdos estejam voltados a essa necessidade apresentada.

A educação de jovens e adultos está assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, que em seus artigos 37 e 38 contemplam a Educação de Jovens e Adultos pela melhor adequação social.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto modalidade de ensino da educação básica, tem se caracterizado pela diversidade de seu alunado; sendo que o parecer CNE/CEB Nº 2000 (BRASIL/MEC, 2000) que fundamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos, aponta, entre outros aspectos, a restauração do direito negado a jovens e adultos, a busca por uma escola de qualidade por meio da necessidade de um planejamento específico para a modalidade, que precisa contar com profissionais preparados para atuar, regimentos e projetos políticos pedagógicos que deem conta das especificidades da modalidade.

Desse modo, a EJA, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, em seus Princípios da Educação de Jovens e Adultos, tem, dentre outras funções, respaldar

trabalhadores e demais segmentos sociais (donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados, pessoas com deficiência), uma vez que o reingresso no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser utilizado como reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas antigas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

Ainda de acordo com os princípios da educação de jovens e adultos, a modalidade se caracteriza como qualificadora, pois mais do que uma função é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

Segundo Carvalho (2004), essas adversidades se resumem nas dificuldades dos jovens e adultos em serem interpretados de acordo com a sua idade e nos esforços no sentido de ampliar suas possibilidades de participação social e de procurarem em ambientes escolares espaço e instrumentos para ampliar essa participação.

A educação de jovens e adultos constitui-se de um conjunto de práticas e reflexões que perpassa por todos os processos de ensino, uma vez que esses alunos da modalidade trazem consigo, além de maiores aparatos de vida pessoal, histórias de tentativas falhas ou a impossibilidade de ter frequentado os níveis de ensino nas faixas etárias correspondentes.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), a EJA compreende processos diversos e práticas formais e informais, relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais. Ainda segundo os autores, esses processos se desenvolvem de modo sistemático também em ambientes externos (família, locais de trabalho, espaços de convívio socioculturais e lazer, instituições religiosas, etc.), por isso a modalidade tem uma pluralidade de práticas formativas, que implica riscos da falta de sucesso, já que o processo de ensino desse público perpassa todas as suas histórias de vida até aquela etapa.

Considerando a Educação como direito de todos e dever do Estado, conforme estabelecido no artigo 205 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), às pessoas com deficiência também devem ser assegurados:

(...) sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (ART. 27, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, BRASIL, 2015).

Diante desse contexto, a inclusão escolar de jovens e adultos com deficiência na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta-se como uma possibilidade educativa para essas pessoas que, historicamente, foram marginalizadas em seu processo de escolarização.

De acordo com Siems (2012), o pensamento pedagógico começa a ir além dos sentidos compensatórios de defasagens sociais e educativas dos alunos da EJA, propondo que esta seja entendida como um espaço onde os alunos tenham as suas demandas de conhecimento atendidas, no âmbito curricular da escola.

A EJA, portanto, se configura como um espaço de singularidades. Nessa direção, o documento proposto em 2009, durante a IV Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada no Brasil, aponta, dentre outros aspectos, que a educação inclusiva é fundamental para a realização do desenvolvimento humano, social e econômico, ou seja, não pode haver exclusão decorrente de idade, gênero, etnia, condição de imigrante, língua, religião, deficiência, ruralidade, identidade ou orientação sexual, pobreza, deslocamento ou encarceramento (UNESCO, 2010, p.11).

De acordo com o estudo de Gonçalves (2012) no período de 2007 a 2010, o número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial na EJA atingiu em média 15,1% no total de matrículas na esfera municipal (EJA regular e EJA especial). Segundo a autora, as matrículas se concentram em instituições privadas, correspondendo em média a 82,8% do total das matrículas. No período analisado, a soma das matrículas em dependências administrativas federal, estadual, municipal e privada (EJA regular) superou os números da EJA especial em estabelecimentos privados segregados. Isso mostra o quanto o atendimento de jovens e adultos com necessidades educacionais especiais está circunscrito ao âmbito das instituições especiais filantrópicas.

Desse modo, é possível verificar, nos últimos anos, o aumento gradual de alunos da educação especial na modalidade de ensino da EJA regular. Segundo Leite e Campos (2018), os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (Inep) indicam que uma variação nas matrículas de alunos PAEE na

EJA regular na seguinte ordem: 43.765 (ano 2012), 44.082 (ano 2013), 43.572 (ano 2014), 46.007 (ano 2015), e 44.301 (ano 2016).

O crescimento de matrículas verificado na EJA parece ser a expressão localizada do problema que envolve toda a Educação Básica no país, a baixa qualidade do ensino ofertado, “[...] embora o acesso e permanência tenham se incrementado, boa parte apresenta baixos níveis de aprendizagem, o que redundará em retorno à escola por meio da EJA” (MELLETTI; BUENO, 2011, p. 381).

Em relação às demandas de sujeitos da EJA e da Educação Especial, também é possível reconhecer concepções que se entrelaçam, de forma que as pessoas com deficiência e os jovens e adultos em processo de escolarização atravessam o contexto atual com a mesma necessidade: a de serem reconhecidos além de suas carências, além de uma visibilidade dada por suas vulnerabilidades ou pela negação de sua condição como sujeitos históricos (HASS, 2015, p. 349).

Haas (2015) destaca, ainda, que tanto a EJA quanto a Educação Especial vivenciam um momento de reformulação de suas políticas, como responsabilidade pública do Estado, refletindo no contexto escolar a aproximação dessas modalidades educacionais, resultante do crescente ingresso de jovens e adultos com deficiência nos bancos escolares na EJA regular.

Contudo, quando se olha para os documentos oficiais tanto da EJA quanto da Educação Especial nota-se a pouca articulação (ou quase ausência) entre as modalidades de ensino. Por exemplo, embora a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) enfatize a EJA como espaço para ampliação das oportunidades de escolarização das pessoas Público-Alvo da Educação Especial – PAEE, este mesmo documento não sinaliza as ações para a concretização da escolarização dos jovens e adultos públicos-alvo da educação especial.

Em conformidade com Campos e Duarte (2011), ainda que a legislação brasileira reconheça a EJA como modalidade de ensino também para as pessoas com deficiência como um direito, observa-se que o acesso a serviços e recursos ainda é frequentemente negado.

Torna-se importante questionar porque essas atividades não estão sendo realizadas na educação de jovens e adultos com deficiência. Será que esse atendimento foi pensado para o grupo desses alunos jovens e adultos que trabalham? Fazem-se necessários, portanto, novos estudos que contemplem ações necessárias à efetiva parceria entre a EJA e a Educação Especial (CAMPOS; DUARTE, 2011, p. 281).

Verifica-se, portanto, “[...] uma série de problemas pedagógicos e políticos dificultando assim uma escolarização de qualidade para estas pessoas que não tiveram acesso ou foram excluídas do espaço educacional” (GONÇALVES; MELETTI, 2011, p. 12).

Siems (2012), em estudo sobre a interface entre a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), constatou, nas pesquisas investigadas, a fragilidade das estruturas de Educação de Jovens e Adultos para o atendimento educacional a pessoas com deficiência, bem como as dificuldades vivenciadas nos serviços de Educação Especial para oferecer atividades acadêmicas efetivamente enriquecedoras e eficazes para a inclusão destes jovens e adultos.

Consoante Maffezoli e Goés (2004), esse processo de escolarização do jovem e adulto com deficiência não é visto como um ato autônomo. A tendência dos processos de ensino é subestimar a autonomia desses alunos, considerando-os como em constante tutela, cuidado, superproteção e infantilização. Além de que é atribuído a esta etapa a condição da ambiguidade entre a infância e a juventude do aluno, fator que gera controvérsias no processo de ensino desse aluno.

A inclusão de alunos público-alvo da educação especial na modalidade da EJA levanta inúmeras questões a serem discutidas e refletidas, que vão desde o fortalecimento das leis e políticas públicas em vista do aumento de matrículas anualmente até as ações pedagógicas voltadas ao atendimento desses alunos.

Tendo em vista esse cenário, este estudo teve como foco o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da Educação de Jovens e Adultos.

2.3.2 O Atendimento Educacional Especializado no contexto da EJA

Considerando a atual política Nacional da Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o atendimento educacional especializado possui destaque enquanto atendimento complementar e suplementar, além da obrigatoriedade da oferta pelas redes de ensino ou um centro especializado no AEE, em turno inverso ao que o aluno da educação especial frequenta a classe comum.

Com base nos princípios norteadores da atual política da educação especial e na Resolução N^o. 4 CNE/CEB/09, de outubro de 2009, que instituiu as diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica, o Decreto n^o 7.611, de 17 de novembro de 2011, define que o AEE é gratuito aos alunos com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e deve ser oferecido de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Compreende um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucional e continuamente, prestados de forma complementar à formação do alunado da educação especial, integrando a proposta pedagógica da escola, com o objetivo de prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular, garantindo serviços de apoio especializados que são ofertados de acordo com as necessidades individuais dos alunos.

O Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (revogação do Decreto nº 6571), tendo em vista o disposto no art. 208, inciso III, da Constituição, arts. 58 a 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 9º, § 2º, da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, dispõe da oferta do Atendimento Educacional Especializado, garantindo o serviço das seguintes formas dispostas nos próximos parágrafos (BRASIL, 2011). No Art. 1º, dispõe-se que o dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; aprendizado ao longo de toda a vida; não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino e apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

O Decreto Nº 7.611 também assegura que a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltados a eliminar as barreiras ao processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O Atendimento Educacional Especializado – AEE, que compreende o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos

organizados institucional e continuamente, sendo prestados da seguinte maneira: como complementação à formação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais ou suplementares à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

O decreto em vigor também tem como objetivos para o AEE: promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular; garantir apoios especializados de acordo com as necessidades individuais dos alunos; assegurar a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; estimular o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras dos processos de ensino/aprendizagem e, dessa forma, garantir a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Desse modo, o AEE deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família como garantia de pleno acesso e participação dos estudantes, atendendo as necessidades específicas dos alunos PAEE, sendo realizado articuladamente com as demais políticas públicas de acesso à educação em todas as modalidades da educação básica. No caso da presente pesquisa, tem-se como referência a inclusão de alunos público-alvo da educação especial na Educação de Jovens e Adultos, com destaque para oferta do Atendimento Educacional Especializado no referido contexto.

Apesar de todo esforço na elaboração de diretrizes que visam à organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado, Rebelo e Kassir (2018), em estudo recente sobre os indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência no Brasil (1974-2014), dentre outros aspectos, constatou que no período de 2009 a 2014, apesar do grande número de estabelecimentos com salas de recursos que oferecem AEE, o alcance do programa não chegou a atender 50% dos alunos público-alvo da política, matriculados no ensino comum, o que sugere que grande parcela desses alunos pode não estar recebendo atendimento educacional especializado. A análise desses dados indica que a proposta, a princípio hegemônica, não chega a conquistar essa premência na execução da política na escola.

Nessa perspectiva, essa realidade é mais desafiadora quando se trata do desenvolvimento deste atendimento na Educação de Jovens e Adultos. Haas e Gonçalves (2015) destacam a importância da intensificação de direcionamentos legais e normativos a favor da articulação com a política nacional de Educação Especial na

perspectiva da Educação Inclusiva, visando aprimorar a oferta do atendimento educacional especializado aos jovens e adultos com deficiência inseridos na EJA.

Com o Atendimento Educacional Especializado assegurado pelas políticas públicas, as reflexões em torno da área se voltam à problematização desse direito, uma vez que os alunos que estão fora da idade considerada adequada para os respectivos níveis de ensino estão matriculados na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA na etapa de ensino fundamental, com o objetivo de superar a marginalização dupla que já vem agregada a esse aluno – o ingresso escolar em idade avançada e a condição da deficiência.

Além da defasagem educacional pela interrupção do ensino na faixa etária correspondente, os alunos público-alvo da educação especial também trazem consigo as dificuldades que a deficiência impôs à sua trajetória escolar.

Segundo Haas (2015), a efetivação da transversalidade da Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado, em todos os níveis de ensino, exige ações específicas, que contemplem os tempos pedagógicos de cada um dos níveis e modalidades de ensino que os sujeitos estejam cursando. No cotidiano, o que se verifica é a existência de um modelo de Atendimento Educacional Especializado, pensado prioritariamente para os alunos que estão no Ensino Fundamental e Médio, uma vez que a oferta do Atendimento Educacional Especializado, ao sustentar a sala de recursos multifuncionais como espaço pedagógico prioritário para o atendimento, no turno inverso ao da escolarização, dá ênfase a essa configuração, mas não a nomeia como a única possível; embora tenha prevalecido a proposição de uma única configuração ao Atendimento Educacional Especializado, sendo recorrente a alegação de que o aluno da EJA com deficiência não tem tempo para frequentar a sala de recursos multifuncionais.

A trajetória escolar dessas pessoas (LEITE, 2017; LEITE; CAMPOS, 2018) revela que o processo de ensino/aprendizado não tem sido efetivo nos quesitos do acesso, permanência e ensino. Essa etapa de inserção na EJA deveria se caracterizar como um espaço onde os jovens e adultos buscam a autonomia, inserção no mercado de trabalho e capacitação para viver em sociedade. Além disso, ainda há questões acentuadas de infantilização desse público nos métodos de ensino, dentre outros aspectos. Por isso, a questão é destaque na maioria dos debates acerca do ensino desses jovens, pois o cuidado em não diminuir o nível escolar desses alunos devido aos fatores que o trouxeram até a matrícula na EJA e no AEE é fundamental, visto que a situação muitas vezes envolve conflitos variados do aluno.

Na busca de compreender o retrato da realidade, os indicadores educacionais são considerados um tipo de indicador social que, segundo Jannuzzi (2002), tiveram sua consolidação de uso e desenvolvimento na década de 1960, com a finalidade de compreender as consequências das políticas sociais e suas possíveis transformações nas diferentes sociedades.

Os indicadores têm um papel de destaque nas sociedades modernas porque facilitam a divulgação do comportamento de diversos setores e permitem a análise, na maioria das vezes, comparativa, da sua evolução. Na esfera educacional, a produção de estatísticas e indicadores no Brasil ampliou-se recentemente, permitindo resultados importantes (MELLO; SOUZA, 2010). Ainda segundo os autores, o uso dos indicadores no mundo atual é crescente, e nos mais diversos âmbitos tornou-se uma necessidade, pelo seu poder de expressar de forma sintética os aspectos importantes do funcionamento de setores da sociedade. O crescimento dessa tendência é reforçado pelo desenvolvimento da informática, pois esta facilita o armazenamento e o tratamento dos dados estatísticos, além de possibilitar o acesso instantâneo de usuários pela Internet.

Assim como em outras variáveis, o uso dos indicadores na área educacional serve para dimensionar a magnitude de um fenômeno para permitir o conhecimento da evolução temporal, por meio de taxas de variação no tempo. Outro uso atribuído aos indicadores é o da observação do comportamento de diferenças regionais ou de diferenças entre os grupos sociais.

Os indicadores também podem ter uso isolado; porém, esse uso apresenta limitações, pois representa dessa forma apenas um aspecto de uma realidade complexa. A importância do trabalho dos indicadores sempre em grupo é a capacidade de retratar várias dimensões da realidade e, assim, propiciar uma visão mais abrangente. Quando ocorre uma associação entre dois indicadores, que pode ser positiva ou negativa, é possível prever o comportamento de um deles considerando a variação ocorrida no outro. (MELLO; SOUZA 2010).

Os autores definem as principais funções dos indicadores, como: a) monitoramento (o acompanhamento da evolução dos indicadores, sendo útil para sinalizar situações indesejáveis que requerem ações corretivas); b) tomada de decisões (uma vez que um sistema educacional requer uma série de decisões regulares, muitas delas tomadas antes do início do ano escolar, que dizem respeito, entre outras, à distribuição da matrícula dos alunos entre as escolas, à alocação de professores de acordo com a grade curricular e o número de turmas, à conservação dos prédios

escolares e à previsão das necessidades de material pedagógico e de merenda escolar); c) avaliação de programas ou projetos sociais (um aspecto central na avaliação de programas é o de verificar se os objetivos propostos, geralmente descritos mediante os indicadores, foram atingidos ou não e, neste caso, quais as explicações para essa insuficiência).

Além de subsidiar as políticas e programas voltados para a educação brasileira, os indicadores educacionais organizados pelo Inep também compõem a construção de programas e metas elaborados pelos organismos internacionais. Os dados do censo escolar também possuem a finalidade de ilustrar o acompanhamento das metas estabelecidas no programa “Educação para Todos”, disposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Para justificar o estudo e o uso de indicadores educacionais na coleta de dados referentes às matrículas dos alunos público- alvo da educação especial na modalidade da educação de jovens e adultos, tem-se como referência a criação das políticas voltadas a esse público, visto que esta é entendida como um processo que envolve negociação, contestação e luta entre grupos divergentes que não são envolvidos diretamente na elaboração oficial dos documentos (OZGA, 2000).

Dessa maneira, as políticas públicas são implementadas por um governo que irá defender interesses políticos e econômicos particulares, intervindo diretamente nas classes que são o alvo dessas políticas. O uso dos indicadores educacionais é uma das maneiras de controlar o desempenho dos alunos e das instituições escolares, atingindo diretamente o principal autor que deve ser contemplado nesse processo, no caso os alunos (ALMEIDA JÚNIOR, 2001; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007).

Essas decisões são provenientes das informações que, no geral, são apresentadas pelos indicadores, assim como as avaliações de programas e projetos sociais que têm como propósito comparar se os objetivos iniciais foram atingidos ao decorrer do ano letivo e, caso estes não tenham sido cumpridos, possibilitar a busca das explicações para as causas que impediram o cumprimento dos objetivos iniciais.

As questões norteadoras deste estudo englobam a oferta, a organização e o funcionamento do AEE no contexto da EJA, tendo o estado de São Paulo como referência para o estudo. Sendo assim, questiona-se: Qual o perfil geral das matrículas de alunos PAEE na modalidade da EJA? Qual o panorama das ofertas de matrículas na EJA junto aos alunos PAEE? Como tem ocorrido a oferta do Atendimento Educacional Especializado na EJA em uma amostra de municípios paulistas?

A importância de justificar estudos na área educacional, envolvendo a educação especial, requer o uso dos indicadores educacionais para que esse processo seja confirmado pelos números e estatísticas, já que tal fator reforça hipóteses e teorias acerca dos temas estudados na área.

A presente pesquisa teve por objetivos: a caracterização geral das matrículas de alunos PAEE na EJA (nível ensino fundamental) das escolas municipais paulistas e a identificação da oferta do AEE para os alunos PAEE matriculados na modalidade da EJA em dez municípios paulistas.

2.MÉTODO

A pesquisa se caracteriza por um estudo documental do tipo descritivo, pois de acordo com Gil (2012) tem como aspecto fundamental a descrição das características de determinada população e a relação estabelecida entre variáveis.

2.1 Fonte dos dados

Os dados foram coletados inicialmente nos bancos de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, valendo-se dos passos a seguir:

1. Acesso ao site e entrada ao portal do Inep.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação – MEC. O objetivo do portal é subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

O Inep atua nas seguintes áreas: avaliações, exames e indicadores da educação básica.

Para a realização deste trabalho foi utilizada a área dos indicadores educacionais, que são medidas construídas a partir dos diferentes dados produzidos pelo Inep e que ajudam no processo da avaliação educacional. São úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem.

Figura 01: Acesso inicial ao site do INEP

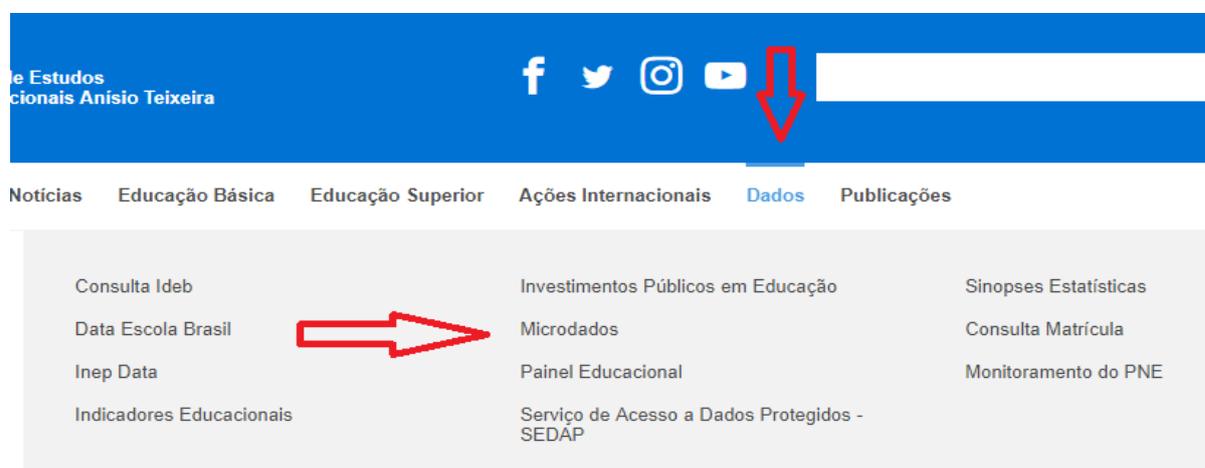


Fonte: INEP

2. Acesso ao link “*Dados*” e em seguida ao link “*Microdados*”.

Os microdados do Inep se constituem no menor nível de desagregação de dados recolhidos por pesquisas, avaliações e exames realizados. As informações podem ser obtidas via download nos respectivos links, em formato ASCII, e contêm inputs (canais de entrada) para leitura por meio dos softwares SAS e SPSS. Para abrir os arquivos, que estão em formato de compressão específico (.zip), é necessário o uso de algum programa descompactador.

Figura 2: Acesso à aba dos dados e dos microdados



Fonte: Inep

3. Na área do “*Censo Escolar*”, clicar nos bancos de dados desejados e colocar para baixar.

O Censo Escolar é uma pesquisa declaratória realizada anualmente pelo Inep, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, que tem por objetivo realizar um amplo levantamento sobre a educação brasileira. É o mais importante levantamento estatístico educacional sobre as diferentes etapas e modalidades de ensino da educação básica e da educação profissional.

Figura 03: Seleção dos bancos de microdados a serem baixados.

Censo Escolar					
	2013		2014		
	2015			2016	
	2017 (Atualizado em 02/02/2018)				

Fonte: INEP

Para fundamentar esta coleta de dados, foram consultados também a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a fim de compreender melhor como funciona a coleta e a elaboração dos dados estatísticos do Brasil.

2.2 Instrumento

Após a coleta no banco de dados do Inep, estes foram descompactados pelo *WinRAR*, que é um software compactador e descompactador de dados, distribuído pela licença shareware, criado por Eugene Roshal e distribuído por Alexander Roshal. O software possibilita comprimir e descomprimir arquivos nos formatos RAR, ZIP e muitos outros formatos de compactação.

Após os dados serem descompactados, estes foram identificados e tratados estatisticamente pelo software IBM SPSS 2.0.

O SPSS é um software aplicativo (programa de computador) do tipo científico. A sua primeira versão foi em 1968 e é um dos programas de análise estatística mais utilizados nas ciências sociais; é usado também por pesquisadores de mercado, com pesquisas relacionadas à saúde, governo, educação e outros setores.

Foi inventado por Norman H. Nie, C. Hadlai (Tex) Hull e Dale H. Bent. Entre 1969 e 1975 a Universidade de Chicago, por meio do seu National Opinion Research Center, esteve a cargo do desenvolvimento, distribuição e venda do programa. A partir de 1975 corresponde à SPSS Inc.

O aplicativo foi criado inicialmente para grandes computadores, tendo em 1970 seu primeiro manual de usuário/utilizados do SPSS por Nie e Hall. O manual

popularizou o programa entre instituições de ensino superior nos Estados Unidos. Em 1984 foi lançada a primeira versão do programa para computadores pessoais.

O SPSS é vendido por uma companhia com o mesmo nome do programa, significando respectivamente a sigla: *Statistical Product and Service Solutions*.

O SPSS Data Editor é usado para fazer testes estatísticos, tais como: correlação, multicolinearidade e de hipóteses, podendo também fornecer ao pesquisador contagens de frequência, ordenar dados, reorganizar a informação, servindo ainda como mecanismo de entrada dos dados, com rótulos para pequenas entradas.

O SPSS Data Editor trabalha com duas “perspectivas” (views). A *Data View* é onde ocorre a entrada dos dados e a perspectiva das variáveis, em que podemos selecionar o nome, tipo, número, máximo de letras por célula (**width**), número de casas decimais, rótulo, largura da célula (**columns**), alinhamento dentro da célula (**align**) e caso queira ou não que a variável seja nominal, ordinal ou scale (**measure**).

Na perspectiva das variáveis, também podem ser categorizadas as entradas em rótulos, isto é, onde o uso de duas letras pode surgir em vez de palavras inteiras, na coluna “**values**” e marca entradas como inválidas, na coluna “**missing**”. Para aplicações especiais, tais como a análise conjunta ou de séries temporais, há módulos adicionais que se juntam ao programa base.

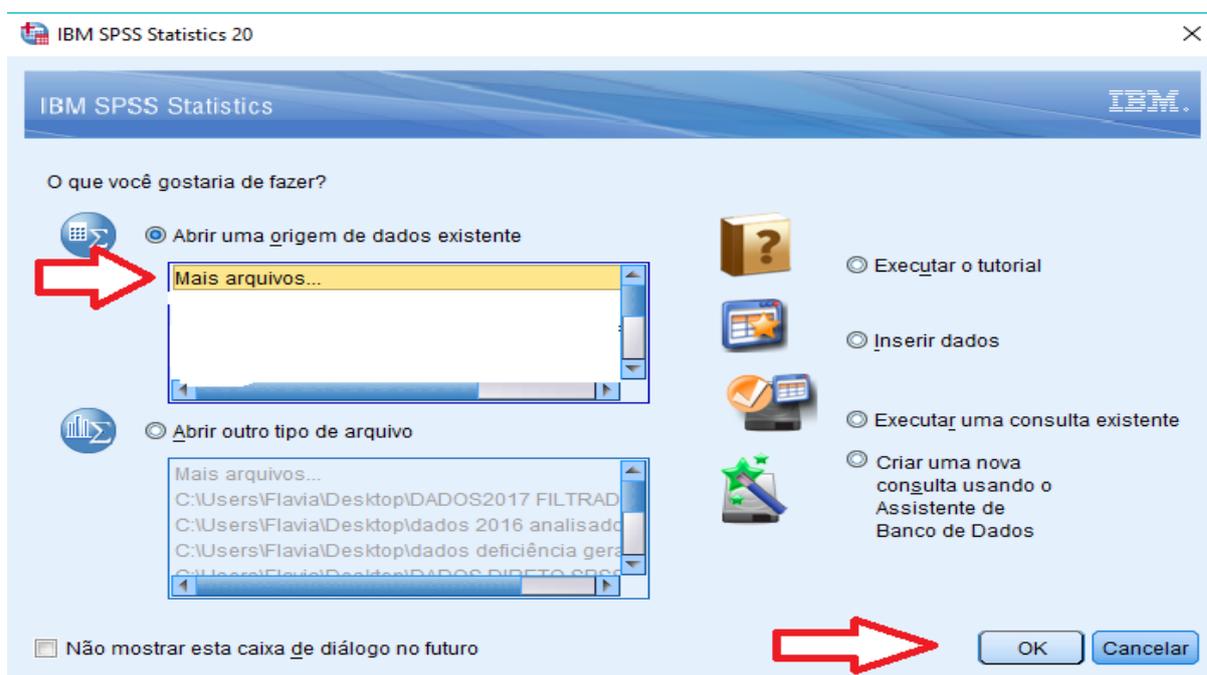
O SPSS é acionado pelo menu, mas também possui uma linguagem de programação própria. Como programa estatístico, é muito popular pela capacidade de trabalhar com base de dados de grande dimensão. Por exemplo, na versão 12 do programa, são possíveis mais de 2 milhões de registros e 250.000 variáveis.

Desde o SPSS/PC, há uma versão adjunta denominada SPSS Student, que é um programa completo da versão correspondente mas limitada na capacidade quanto ao número de registros e variáveis que pode processar. Esta versão é para fim educativo.

2.3 Procedimentos de coleta dos dados

Para a coleta dos dados deste estudo, foi utilizada a versão 20 do IBM SPSS Statistics. A seguir, imagem da tela inicial do IBM SPSS Statistics.

Figura 4: Acesso inicial ao software.



Fonte: IBM SPSS Statistics 20

2.3.1 Levantamento das matrículas de alunos (2015-2018) PAEE na EJA no estado de São Paulo.

Nesta etapa, foi realizado o levantamento das matrículas de alunos público-alvo da educação especial nos anos de 2015, 2016, 2017, e 2018 na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. O banco de dados selecionado para a coleta corresponde à região Sudeste, que abrange os seguintes estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Para atender ao objetivo deste estudo, foram selecionados os dados do estado de São Paulo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o estado de São Paulo é o mais populoso do país, tendo maior participação no Produto Interno Bruto – PIB e sendo o segundo em quantidade de municípios, totalizando 645 municípios (BRASIL, 2014).

O estado se divide em 16 Regiões Administrativas (RA), que são subdivididas em microrregiões ou regiões de governo. Essas divisões se formam pelos municípios de determinadas áreas geográficas que tenham características econômicas e sociais similares.

Após o banco das matrículas do estado de São Paulo ser descompactado, foi aplicado o filtro inicial, para selecionar os casos a serem analisados conforme os

objetivos do estudo, que compreendem: o público-alvo da educação especial – PAEE, PAEE matriculados na Educação de Jovens e Adultos e estado de São Paulo, formado pelas respectivas variáveis IN_NECESSIDADE_ESPECIAL =1); (IN_EJA=1); (CO_UF=35).

Para que as variáveis fossem selecionadas conforme os objetivos do estudo, foi utilizado o Manual de instruções “*Leia-me 2015*” do software das variáveis do banco de *Matrículas*, que corresponde às matrículas do ano de 2015 a 2018 (sem alterações sofridas ao decorrer dos anos).

Variáveis:

(IN_NECESSIDADE_ESPECIAL =1); (IN_EJA=1); (CO_UF=35)

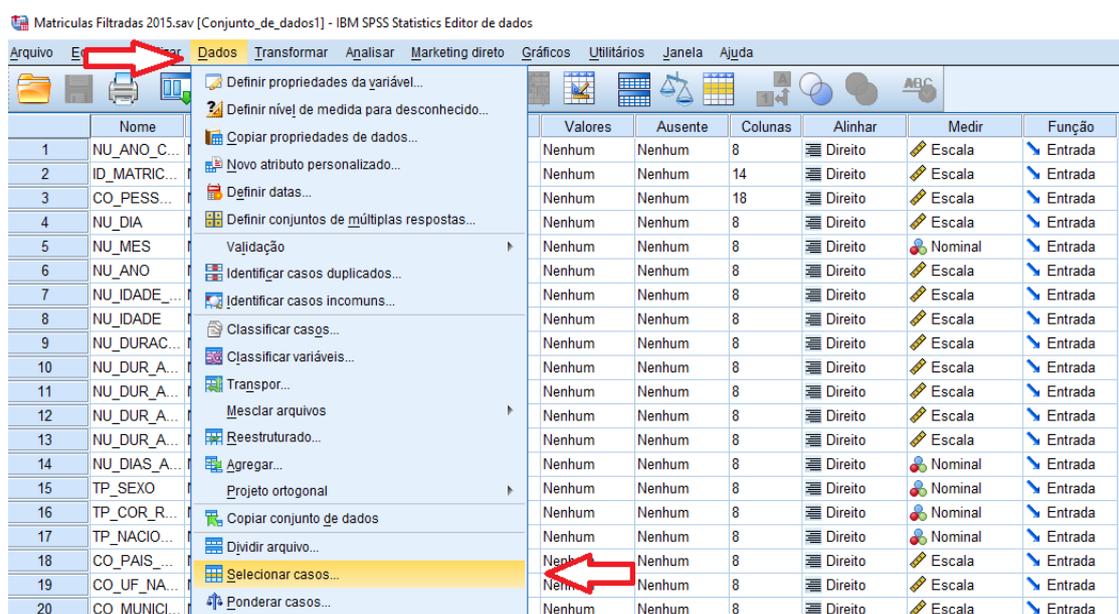
Validação da variável: 0 – Não / 1 – Sim

Frequências:

(TP_SEXO) e (TP_COR_RACA)

Na figura 5 são mostrados, mediante as setas, os passos para expor os dados para que sejam aplicadas as variáveis.

Figura 5: Acesso a caixa de variáveis a serem selecionadas.

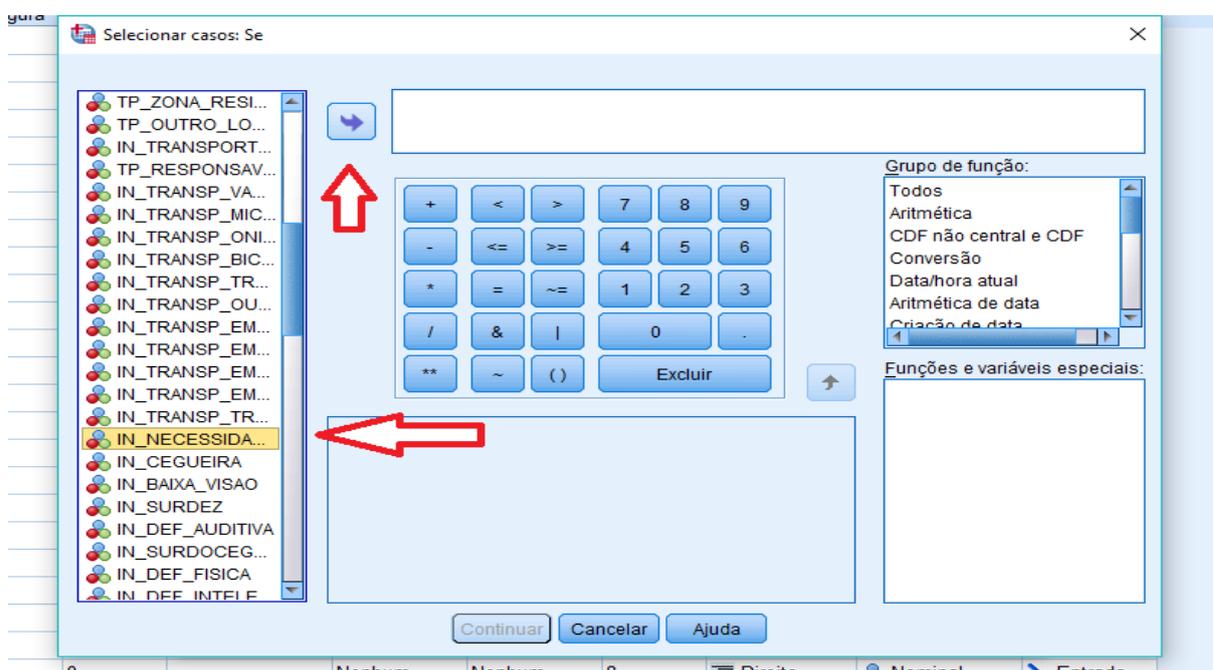


Fonte: IBM SPSS Statistics 20

Após o arquivo selecionado ser carregado no software, foram realizados os passos para a análise do banco de dados. Para isso, o primeiro acesso foi realizado na aba “Dados” localizada na parte superior do programa, o passo seguinte foi a aba “Selecionar Casos”, sendo o principal passo para o acesso aos dados.

Na Figura 6 é mostrada a etapa de seleção das variáveis para que seja aplicado o filtro desejado.

Figura 6: Seleção de variáveis para a filtragem dos dados.

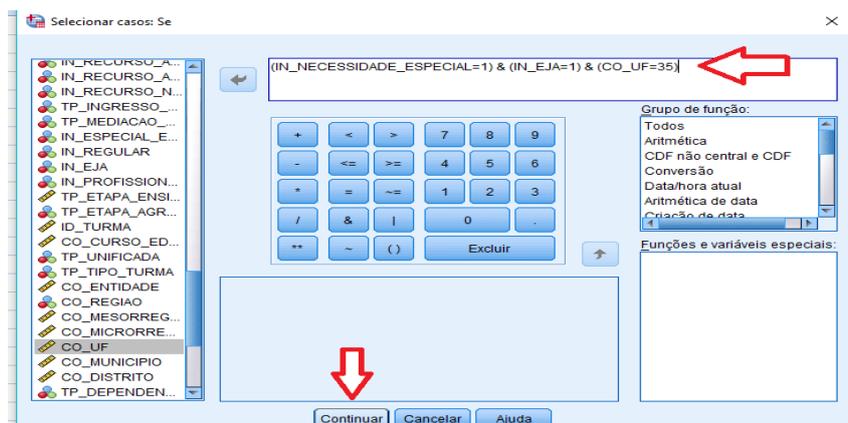


Fonte: IBM SPSS Statistics 20

Nesta etapa o passo a passo é indicado pela seta horizontal à direita, que aponta a seleção da variável correspondente aos objetivos da pesquisa. Após a seleção da variável, a seta vertical para cima indica o botão a ser clicado para que a variável seja enviada para a caixa de análise. A cada variável selecionada, utiliza-se o símbolo & antes da seleção da próxima variável para que os dados sejam rodados juntos nas tabelas finais.

Na figura 7, são mostradas as variáveis já selecionadas na caixa de filtragem.

Figura 07: Variáveis selecionadas.

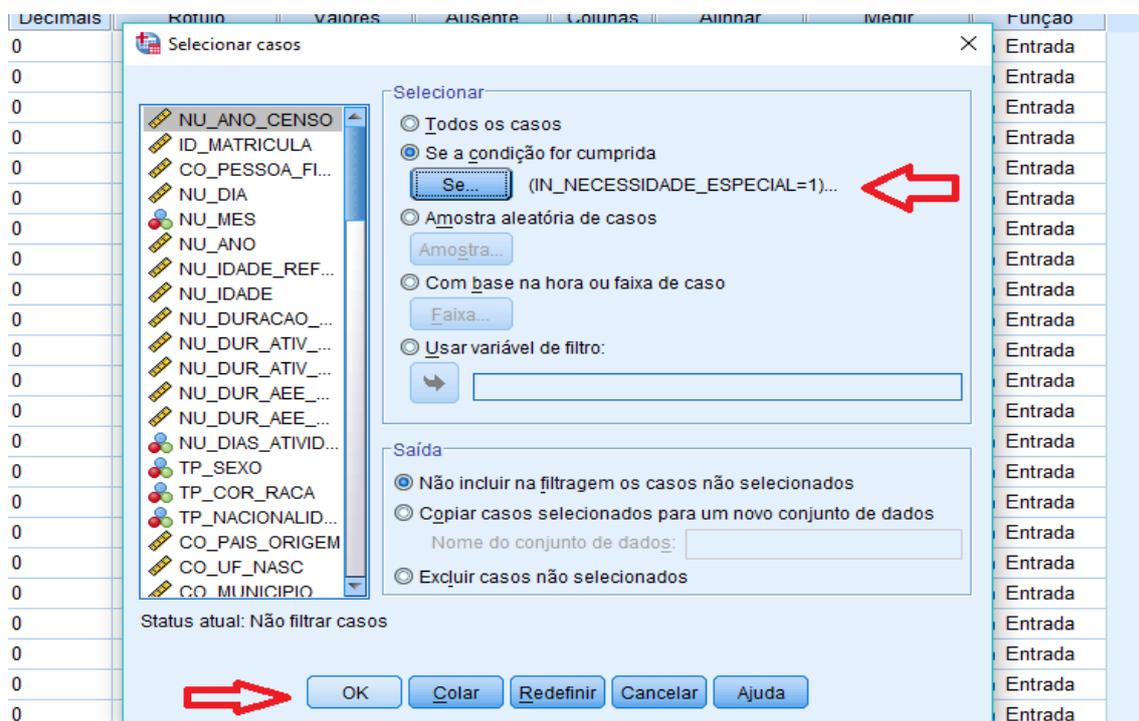


Fonte: IBM SPSS Statistics 20

Nesta etapa as variáveis já foram selecionadas para a caixa de análise. O passo seguinte foi o clique em “Continuar”.

Na figura 8, temos as variáveis já prontas para serem filtradas.

Figura 8: Variáveis já selecionadas para serem filtradas.



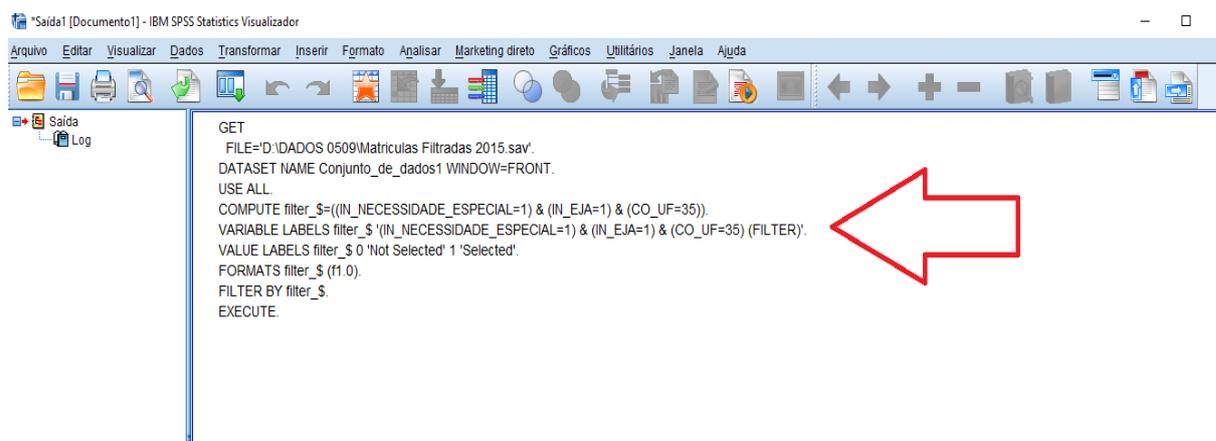
Fonte: IBM SPSS Statistics 20

Na figura 8, os dados estão prontos para serem rodados. A seta horizontal para a direita indica que o campo “se a condição for cumprida” está selecionado, e a seta horizontal para a esquerda indica que os dados serão gerados na próxima etapa.

As variáveis filtradas nesta etapa foram: (IN_NECESSIDADE_ESPECIAL =1) que corresponde às matrículas de alunos com necessidades especiais; (IN_EJA=1) que corresponde às matrículas na modalidade da educação de jovens e adultos e (CO_UF=35) que seleciona as matrículas correspondentes ao estado de São Paulo.

Na figura 9, temos os dados previamente filtrados, prontos para serem analisados na segunda etapa das variáveis.

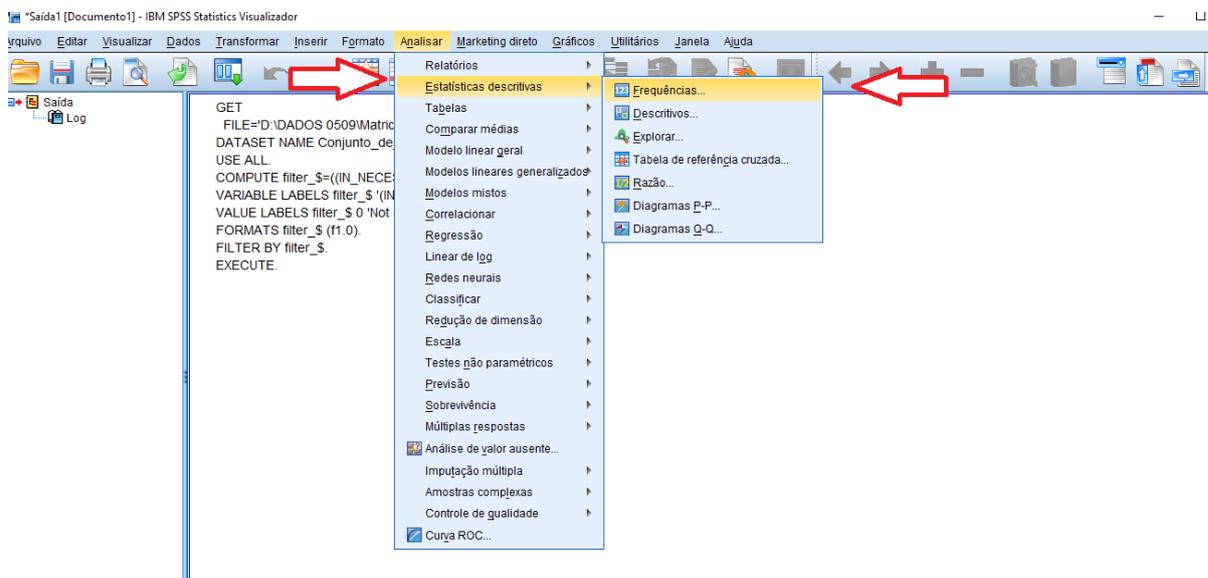
Figura 9: filtragem prévia dos dados



Fonte: IBM SPSS Statistics 20

Na figura 10, é mostrado o passo a passo utilizado para a seleção da segunda etapa de escolha das variáveis que serão empregadas para analisar as características das matrículas previamente geradas pela primeira filtragem dos dados.

Figura 10: segunda etapa de filtragem das variáveis

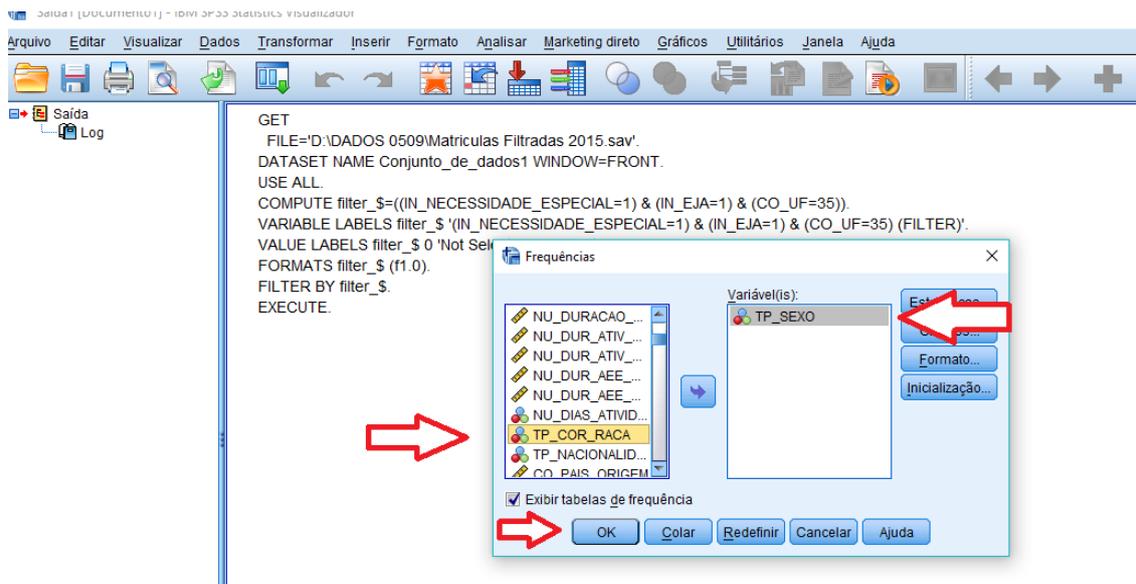


Fonte: IBM SPSS Statistics 20

Na Figura 10, o primeiro passo é o clique na aba “Analisar” seguido da aba “Estatísticas Descritivas” e na sequência a seleção de “Frequências”.

Já na Figura 11, temos a caixa de frequências a serem analisadas, onde serão aplicadas as variáveis de caracterização dos dados coletados.

Figura 11: variáveis já filtradas e a seleção das “frequências” a serem filtradas.

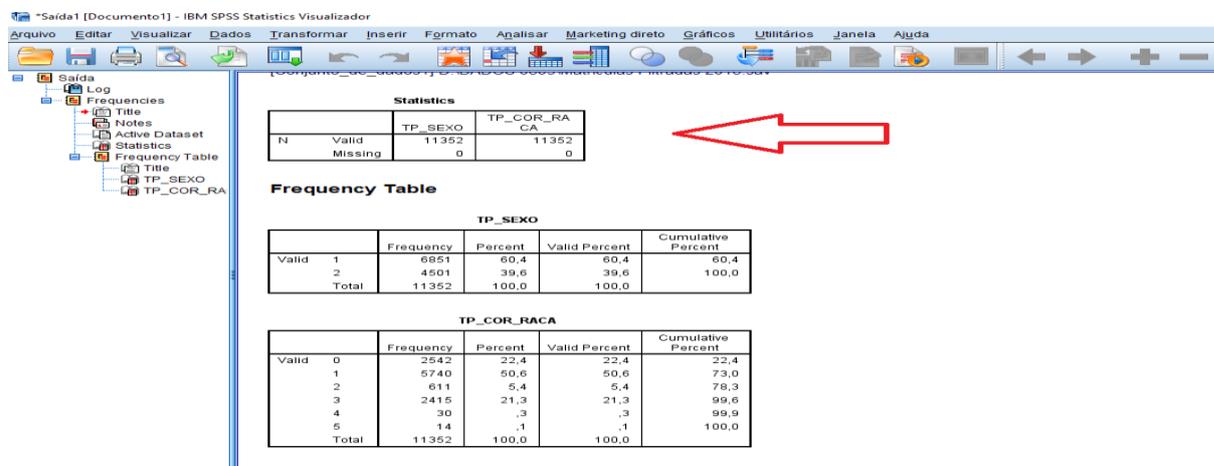


Fonte: IBM SPSS Statistics 20

Na figura 11, é mostrada a caixa da seleção de frequências aberta para a seleção das variáveis que serão empregadas na caracterização das matrículas. O primeiro passo apontado pela seta horizontal à esquerda é onde são copiadas as variáveis, o próximo passo após o clique na seta azul em meio às duas caixas de frequências é o local em que aparecem as variáveis escolhidas. Após os dois passos anteriores, a seta indicando o OK é acionada para que as matrículas sejam filtradas conforme as características.

Na figura 12, temos as variáveis já filtradas e os dados obtidos nas respectivas tabelas.

Figura 12: dados filtrados apresentados em tabelas



Fonte: IBM SPSS Statistics 20

Na figura 12, as matrículas já estão filtradas e organizadas em tabelas. A tabela “*Statistics*” corresponde ao total de matrículas que estão sendo analisadas, no caso as matrículas totais da EJA no estado de São Paulo, e a tabela “*Frequency Table*” contém os dados das variáveis de caracterização.

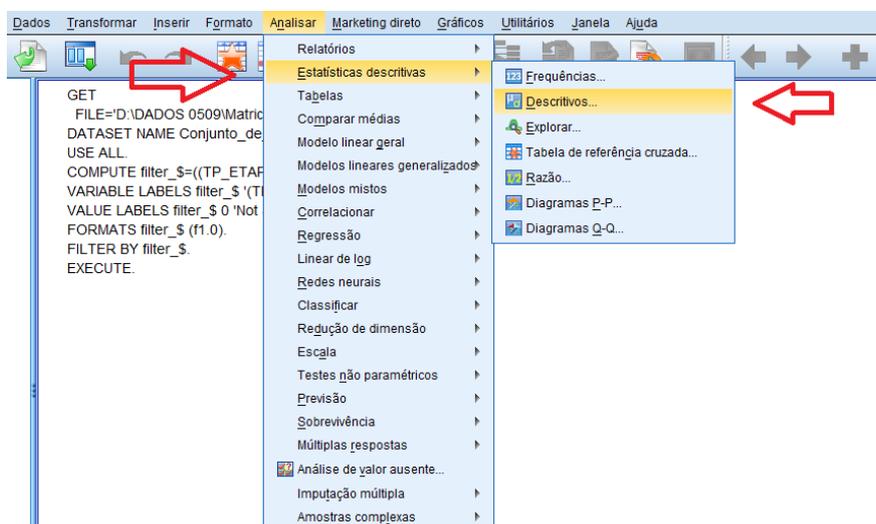
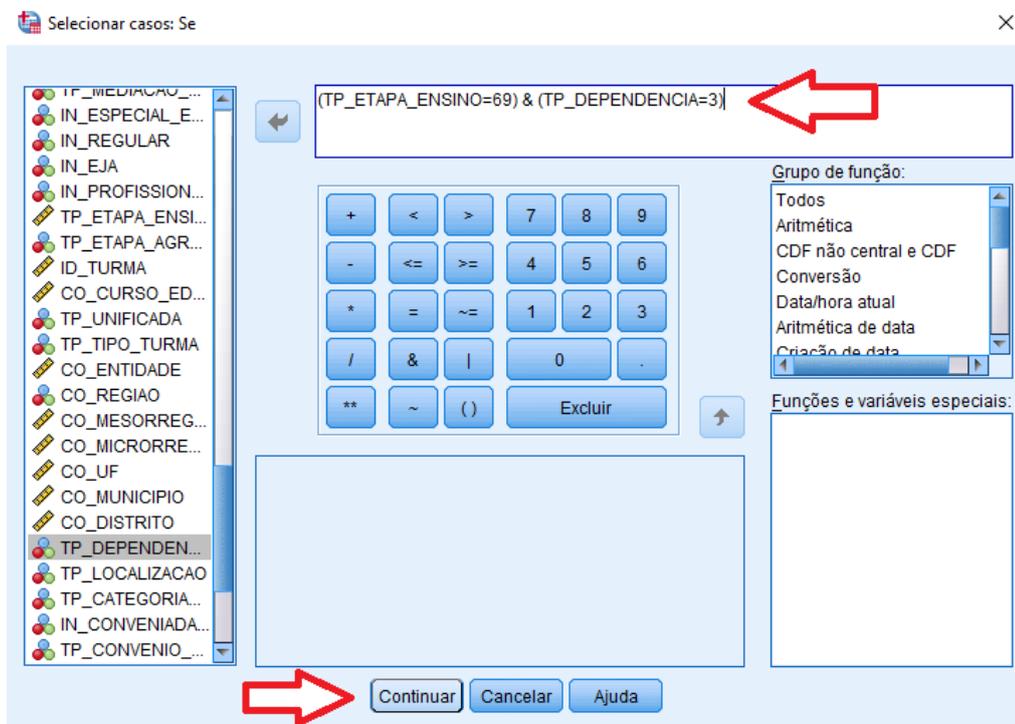
2.3.2. Levantamento das matrículas do ensino fundamental 1 das escolas municipais paulistas

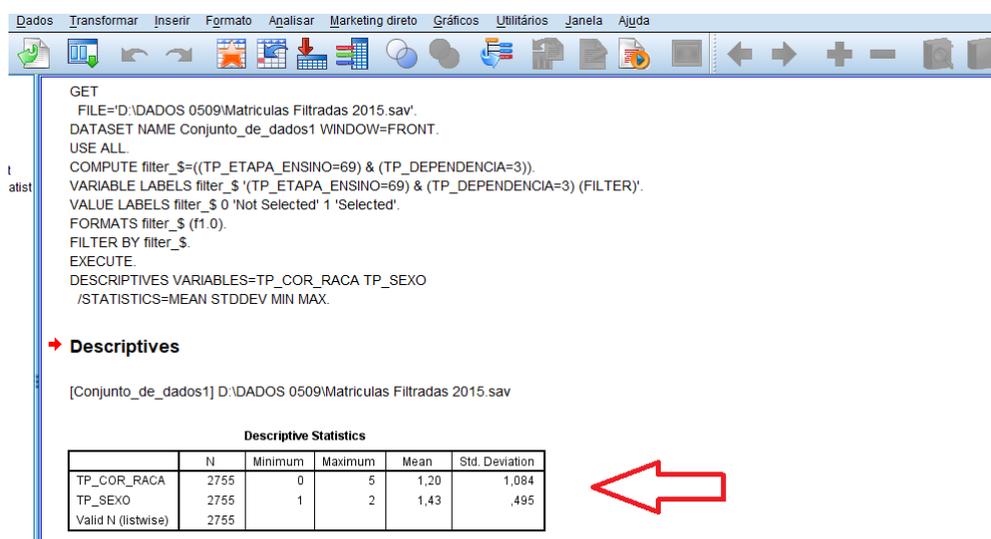
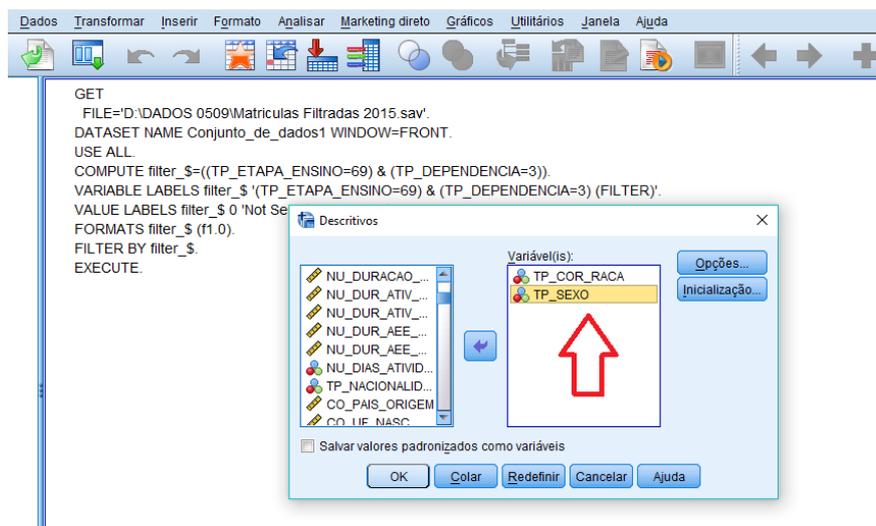
Nesta etapa foi realizado o levantamento das matrículas do ensino fundamental I (anos iniciais) das escolas municipais paulistas nos anos de 2015 a 2018.

Após a filtragem inicial dos dados gerais do estado de São Paulo, os dados filtrados passaram pela variável **TP_ETAPA_ENSINO=69**, com o objetivo de analisar as matrículas desses alunos na etapa de ensino correspondente ao nível de ensino fundamental I (anos iniciais) e pela variável **TP_DEPENDENCIA=3**, para que fossem filtradas apenas as matrículas em escolas municipais paulistas.

Para a obtenção dos dados acima, foi utilizado o seguinte passo a passo:

Figura 13: seleção das variáveis correspondentes ao objetivo da etapa.





Fonte: IBM SPSS Statistics 20

Após a filtragem do banco de dados nas variáveis: estado de São Paulo, alunos público-alvo da educação especial, escolas municipais, modalidade de ensino da EJA no nível de ensino fundamental I (anos iniciais), o banco de dados foi utilizado para caracterizar as matrículas filtradas inicialmente no software.

A primeira caracterização depois da filtragem dos dados pelo nível de ensino do fundamental I e pelas escolas municipais paulistas foi a separação das matrículas por tipos de deficiência.

Variáveis:

(TP_ETAPA_ENSINO=69) e (TP_DEPENDENCIA=3)

Frequências:

(IN_CEGUEIRA); (IN_BAIXA_VISAO); (IN_SURDEZ); (IN_DEF_AUDITIVA);
 (IN_SURDOCEGUEIRA); (IN_DEF_FISICA); (IN_DEF_INTELECTUAL);
 (IN_DEF_MULTIPLA); (IN_AUTISMO);
 (IN_SINDROME_ASPERGER);(IN_SINDROME_RETT); (IN_TRANSTORNO_DI);
 (IN_SUPERDOTACAO)

2.3.3 Seleção dos municípios paulistas e a oferta do Atendimento Educacional Especializado na EJA.

Nesta etapa realizou-se a seleção de dez municípios, com o objetivo de caracterizar as matrículas de jovens e adultos na modalidade da EJA. Para esta seleção, foram adotados os seguintes critérios previamente: ter o maior número de matrículas de alunos na modalidade da educação de jovens e adultos segundo as sinopses do Inep e ter o índice populacional inferior a 500.000 habitantes, segundo o IBGE.

Assim, após a pesquisa entre os municípios paulistas atendendo aos critérios previamente estabelecidos, foram selecionados os seguintes municípios.

Tabela 01: Municípios selecionados para caracterização das matrículas

Município	Código do Município	Número de habitantes
Barretos	3505500	120.638
Rio Claro	3543907	202.952
Limeira	3526902	300.911
Taubaté	35 13504	307.953
São Vicente	3551009	360.380
Bauru	3506003	371.690
Jundiaí	3525904	409.497
Diadema	3513801	417.869
Santos	3548500	434.742
Mauá	3529401	462.005

Fonte: IBGE

Em seguida à seleção dos municípios, para a etapa da caracterização deles foram utilizadas como variáveis a idade (NU_IDADE), a localização em que o aluno se

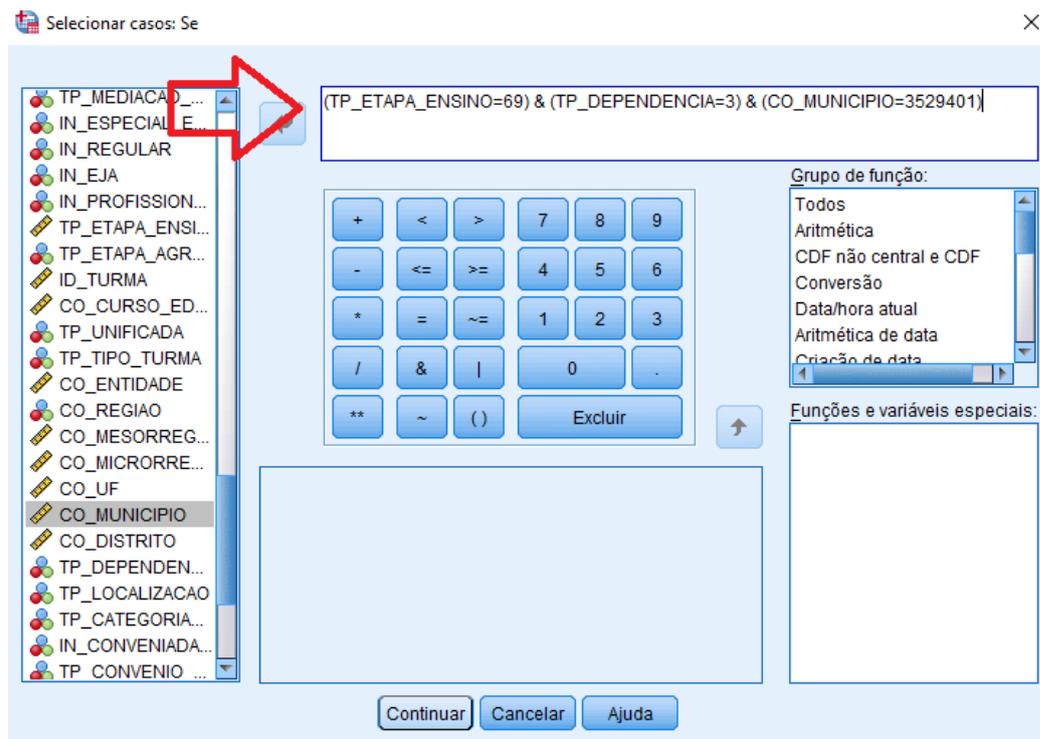
encontra, sendo esta urbana ou rural (TP_ZONA_RESIDENCIAL), se o aluno recebe escolarização em outro espaço diferente da escola (TP_OUTRO_LOCAL_AULA) e se os alunos matriculados na modalidade utilizam transporte público para se locomover até o ambiente de ensino (IN_TRANSPORTE_PÚBLICO).

O passo a passo utilizado para a coleta dessas informações está exposto abaixo em imagens.

Variáveis:
(TP_ETAPA_ENSINO=69); (TP_DEPENDENCIA=3); (CO_MUNICIPIO)

Frequências:
(NU_IDADE); (TP_ZONA_RESIDENCIAL); (TP_OUTRO_LOCAL_AULA);
(IN_TRANSPORTE_PUBLICO)

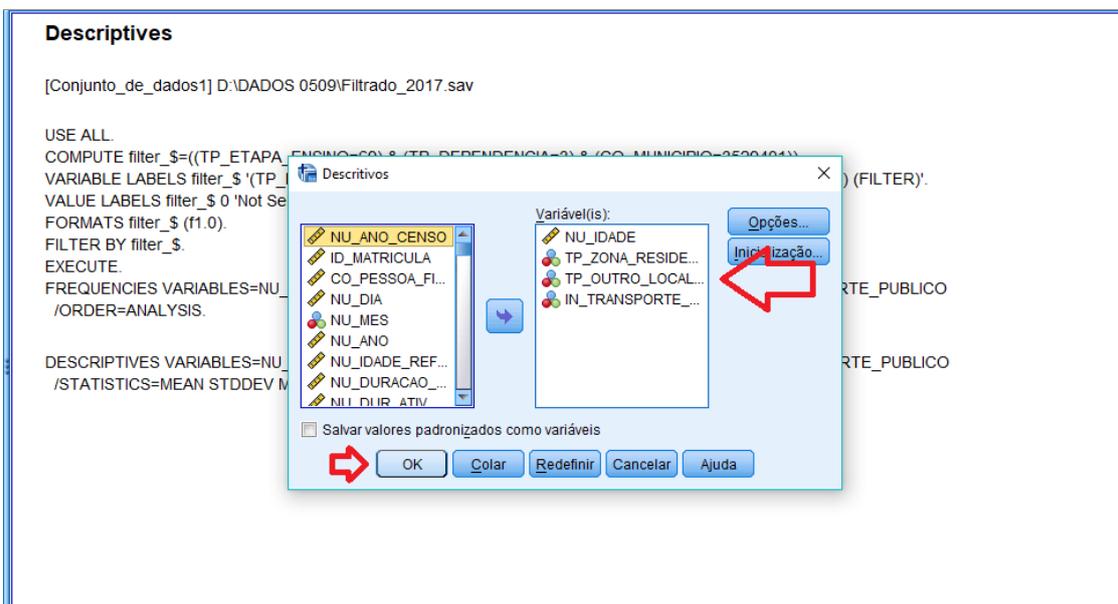
Figura 14: Seleção das variáveis do EJA Fundamental I e das escolas paulistas por município.



Fonte: IBM SPSS Statistics 20

Foram selecionadas as variáveis de caracterização das matrículas de cada município filtrado.

Figura 15: seleção dos descritivos de caracterização das matrículas de cada município filtrado.



Fonte: IBM SPSS Statistics 20

Na quarta e última etapa da coleta, foram coletados os dados sobre a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE nas escolas municipais paulistas no nível ensino fundamental I (anos iniciais). Os mesmos passos foram aplicados nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Para esta etapa foram utilizadas as variáveis: NU_DUR_AEE _MESMA_REDE para identificar a oferta do atendimento educacional especializado na mesma rede (em matrículas) e a variável NU_DUR_AEE_MESMA_REDE para identificar o atendimento educacional especializado em outras redes.

As variáveis NU_DUR_AEE _MESMA_REDE e NU_DUR_AEE_MESMA_REDE geram os resultados em minutos de atendimento para cada aluno matriculado na modalidade da EJA, no nível ensino fundamental I.

As demais variáveis que constam no *Manual Leia-me 2015* não fornecem o dado da oferta ou não oferta do AEE no município. Provavelmente tal fato se deve ao formato de preenchimento dos dados pelo Censo Escolar.

Assim, para esta etapa foram utilizadas as variáveis TP_ETAPA_ENSINO=69 TP_DEPENDENCIA=3 e CO_MUNICIPIO= (código dos municípios), para selecionar o município a ser analisado, sendo posteriormente identificada a oferta do atendimento educacional especializado nas escolas municipais paulistas dos dez municípios

selecionados no nível de ensino fundamental I (anos iniciais).

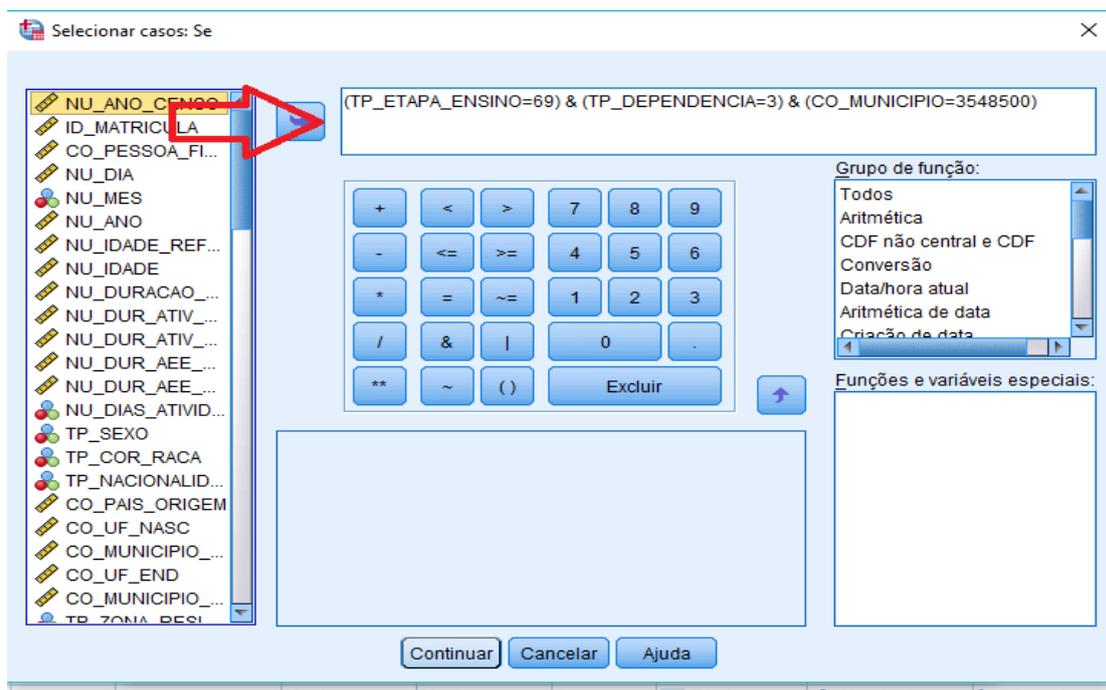
Variáveis:

(TP_ETAPA_ENSINO); (TP_DEPENDENCIA); (COM_MUNICIPIO)

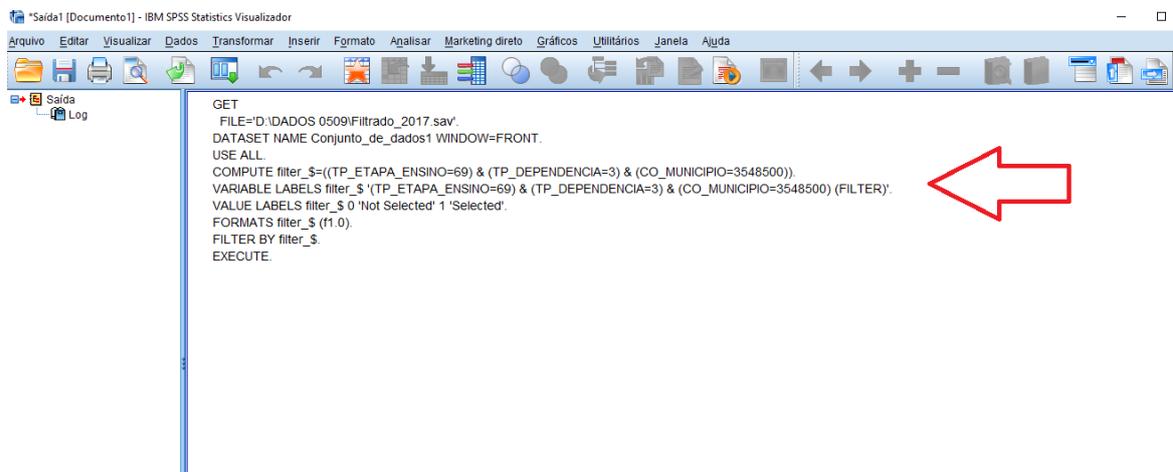
Frequências:

(NU_DUR_AEE_MESMA_REDE); (NU_DUR_AEE_OUTRAS_REDES)

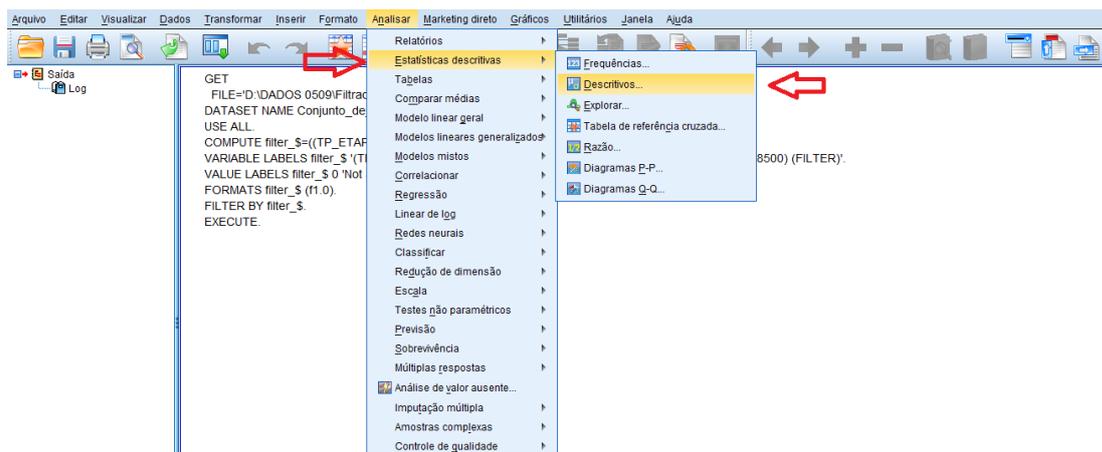
Figura 19, 20, 21 e 22: passo a passo da seleção e filtragem das variáveis de caracterização do AEE.



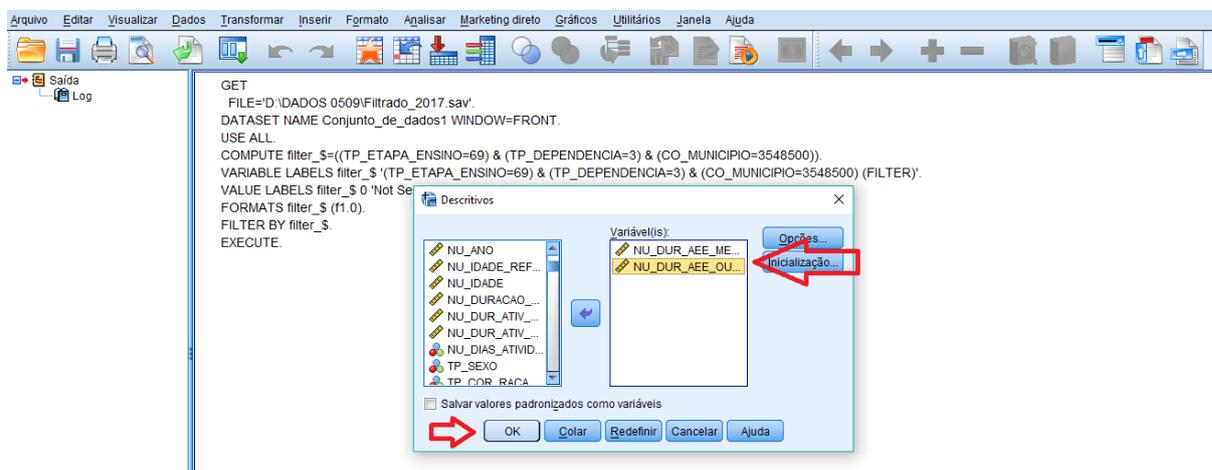
Fonte: IBM SPSS Statistics



Fonte: IBM SPSS Statistics



Fonte: IBM SPSS Statistics



Fonte: IBM SPSS Statistics

2.4 Procedimento de análise dos dados

Os dados coletados foram analisados, tabulados e organizados nas seguintes categorias: (a) Caracterização do total de matrículas dos alunos PAEE no estado de São Paulo na modalidade da Educação de Jovens e Adultos; (b) Caracterização das matrículas na EJA no nível de ensino fundamental I por tipo de deficiência; (c) Identificação e caracterização da oferta da EJA e do AEE nos municípios selecionados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Caracterização do total de matrículas dos alunos PAEE no estado de São Paulo na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Considerando o estado de São Paulo e a esfera municipal, no período de 2015 a 2018, foram totalizadas 40.429 matrículas dos alunos público-alvo da educação especial na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, conforme dados apresentados na Tabela 02:

Tabela 02: Distribuição das matrículas de alunos PAEE na EJA regular das escolas municipais paulistas.

Ano	Matrículas
2015	11.352
2016	10.726
2017	9.030
2018	9.321
TOTAL	40.429

Conforme descrito na Tabela 02, no período analisado verificou-se uma oscilação no número de matrículas de alunos PAEE na EJA regular. Apesar de tais dados ilustrarem o cenário paulista, tal redução também pode ser observada em outras localidades.

Conforme apontado em estudo de Leite e Campos (2018), os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (Inep) indicam variação no total das matrículas dos estudantes com deficiência na EJA, nível ensino fundamental, sendo o número de matrículas: 43.765 (em 2012), 44.082 (em 2013), 43.572 (2014), 46.007(2015), 44.301 (2016). Segundo as autoras, a descontinuidade de políticas e programas educacionais voltados à modalidade de ensino em questão pode ser um dos fatores que impedem o acesso e a permanência dos alunos PAEE na EJA.

Haas e Gonçalves (2015) analisaram o acesso dos jovens e adultos com deficiência à escolarização por meio da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado do Rio Grande do Sul, em classes comuns e especiais, no período de 2007 a 2013. Segundo as autoras, os resultados apontaram que:

Ao cotejar as matrículas de alunos com deficiência na EJA comum dos anos de 2013 a 2007, verificamos uma ampliação de 80,5% das matrículas no

período. Em contrapartida, as matrículas desse mesmo público na EJA especial registram um declínio de 26, 2% até o ano de 2011. A trajetória dessas últimas matrículas se inverte a partir de 2012, com uma ampliação de 34% e, em 2013, apresenta outro aumento (4,5%), mantendo a tendência histórica de supremacia das matrículas dos estudantes com deficiência na modalidade EJA de atendimento escolar exclusivamente da Educação Especial. Apenas em 2010, esse movimento histórico foi subvertido, sendo maior o número de matrículas desses estudantes nas EJAs ofertadas em escolas comuns (HAAS; GONÇALVES, 2015, p. xx).

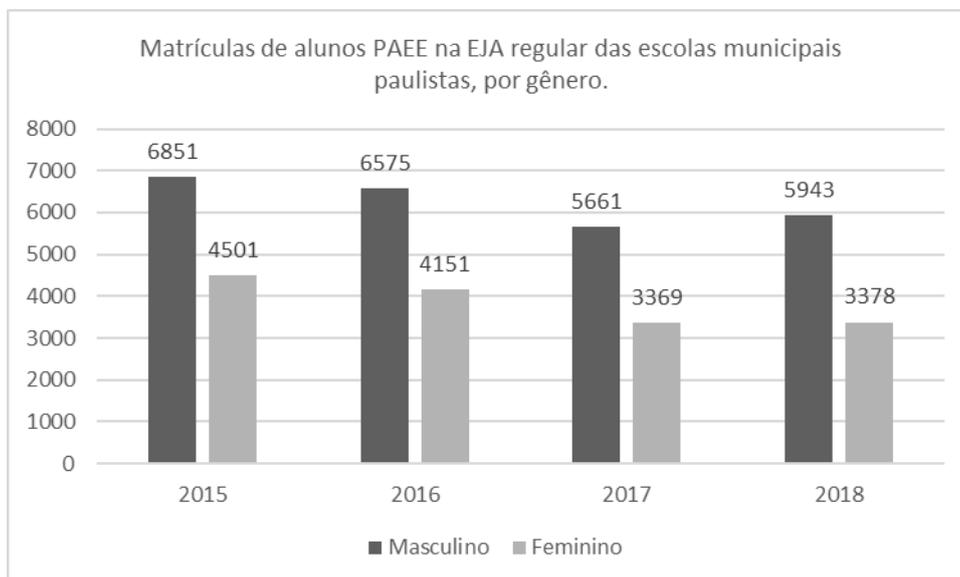
Conforme Laplane (2015), os dados do Censo da Educação Básica do Inep sinalizam que no período de 2009 e 2013, as matrículas na Educação Infantil (EI), no Ensino Fundamental 2 (EF2), no Ensino Médio (EM) e na Educação Profissional aumentaram na maioria das categorias de deficiência consideradas; porém a diminuição de matrículas ocorreu apenas no Ensino Fundamental 1 (EF1) e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Embora o foco da presente pesquisa tenha sido a análise das matrículas de alunos PAEE na EJA regular paulista, em linhas gerais, em estudos como o de Gonçalves (2012), que teve por objetivo analisar as alterações quantitativas no período de 2007 a 2010 referentes ao acesso de alunos com deficiência na EJA, os resultados apontaram que em nenhum dos anos analisados a soma do número de matrículas nas dependências administrativas da EJA regular superou os números da EJA especial em estabelecimentos privados segregados. Tais achados refletem a realidade da escolarização dos jovens e adultos com deficiência na EJA e o destaque que a escola especial ainda ocupa junto a este alunado. Além disso, as instabilidades das matrículas de alunos PAEE na EJA regular leva-nos a vários questionamentos sobre a organização e funcionamento destes espaços escolares, a função social da escola, as práticas pedagógicas, dentre outros aspectos.

Complementando, de acordo com Meletti e Ribeiro (2014) os dados censitários registram 105.246 matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na EJA, no Brasil, em 2012. Destes, 47,69% estavam no ensino regular e 52,31% no ensino especial (p. 183).

Ainda sobre a oferta, no estado de São Paulo, das matrículas aos alunos PAEE na EJA regular, foi possível caracterizar o referido alunado quanto ao gênero e à raça. O Gráfico 01 apresenta a distribuição das matrículas organizadas por gênero.

Gráfico 01: Caracterização das matrículas de alunos PAEE na EJA regular, por gênero.



Fonte: Microdados Inep.

Conforme descrito no Gráfico 01, verifica-se a predominância de matrículas de alunos PAEE do sexo masculino. Tais resultados corroboram com o estudo de Silva e Ribeiro (2014), autores que analisaram os dados do Censo Demográfico e do Censo Escolar da educação básica de 2012 referentes às matrículas de alunos e alunas com deficiência por modalidade de ensino (regular, especial e educação de jovens e adultos - EJA), sexo e raça. Dentre os resultados obtidos, verificou-se a predominância de 18.266 matrículas na EJA de alunos PAEE do sexo masculino e 11.548 matrículas do sexo feminino, sendo constatado o predomínio do sexo masculino.

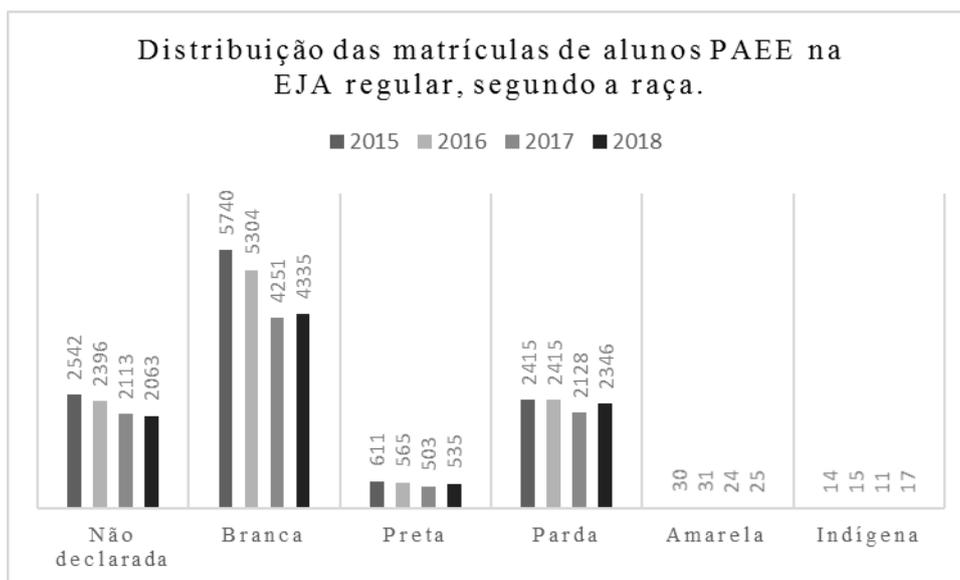
No estudo de Mendes e Lourenço (2009), que teve por objetivo comparar a caracterização que os professores fazem de crianças e jovens identificados por eles como alunos com necessidades educacionais especiais e verificar se existem diferenças nesta caracterização em razão do gênero, os resultados encontrados assinalaram que há uma representação desproporcional de indivíduos do sexo masculino indicados para a Educação Especial, ou seja, na realidade estudada, para cada menina têm sido indicados dois meninos para serviços de suporte.

Outras possíveis explicações estão nas diferenças comportamentais entre meninas e meninos, tendendo as primeiras a apresentar menos problemas disciplinares e conflitos, o que pode facilitar sua convivência e continuidade no ambiente escolar. A questão de gênero, entretanto, ainda é pouco estudada no país, principalmente com o foco nas práticas pedagógicas e nas relações

de gênero/raça, o que demanda estudos qualitativos e longitudinais nas escolas (BARRETO; CODES; DUARTE, 2012).

Em relação à questão racial, a seguir é apresentada a distribuição das matrículas de alunos PAEE na EJA por tipo racial.

Gráfico 02: Caracterização das matrículas de alunos PAEE na EJA por raça.



Fonte: Microdados Inep.

Apesar dos tipos de raça não declarados, pode-se observar a predominância de matrículas de alunos PAEE de raça branca, seguida das raças parda, preta, amarela e indígena.

O conceito da declaração de raça, segundo o manual, é a compreensão das desigualdades raciais na educação brasileira e envolve colocar em debate a produção de dados sobre cor ou raça, os quais ajudam a iluminar as disparidades entre o que se convencionou classificar de brancos, negros, amarelos e indígenas no País.

Tais achados refletem a realidade do sistema educacional brasileiro, embora faça referência apenas às matrículas de alunos PAEE na EJA regular no estado de São Paulo. Por exemplo, os autores Barreto, Codes e Duarte (2012), em estudo que trata sobre a exclusão educacional no Brasil, sinalizam que os indígenas constituem o segmento em que a exclusão do sistema educacional é mais pronunciada, em que o percentual de indígenas fora da escola é relativamente elevado, sendo quatro vezes maior do que o dos brancos. Além disso, nas análises da desigualdade e da discriminação racial, pretos e pardos, em todas as faixas etárias, tais populações encontram-se representadas no conjunto dos que estão fora da escola.

De acordo com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a análise de dados educacionais da população brasileira por cor/raça revela a profundidade da desigualdade que ainda persiste nessa área. Nota-se uma forte discrepância entre a população branca e a negra, aqui entendida como o conjunto formado pelos autodeclarados pretos e pardos – em diversos indicadores educacionais.

A diferença nas taxas de analfabetismo entre brancos e negros ilustra a realidade representada pelas oportunidades educacionais entre as duas raças, sendo de 5,2% entre brancos e 11,5% entre negros, segundo dados de 2013.

Como em todos os índices educacionais do país e em todos os níveis dos sistemas de ensino, como revelam os dados da atual pesquisa, a diferença ainda é predominante e atinge também a população PAEE na EJA.

3.2 Caracterização das matrículas na EJA no nível de ensino fundamental I por tipo de deficiência: panorama das escolas municipais paulistas.

Os resultados da Tabela 03 apresentam os tipos de deficiência: cegueira, baixa visão, surdez, deficiência auditiva, surdocegueira, deficiência física, deficiência intelectual, deficiência múltipla, autismo, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, Transtorno DI e Superdotação.

Tabela 03: Matrículas de alunos PAEE na EJA ensino fundamental I (anos iniciais), das escolas municipais no estado de São Paulo classificadas por tipos de deficiência (2015 a 2018).

TIPO DE DEFICIÊNCIA	2015	2016	2017	2018
Cegueira	19	11	10	10
Baixa Visão	78	85	65	64
Surdez	101	92	90	95
Deficiência Auditiva	44	47	45	43
Surdocegueira	1	1	1	0
Deficiência Física	293	270	245	232
Deficiência Intelectual	2312	2142	2013	1661
Deficiência Múltipla	166	158	150	152
Autismo	72	47	46	52
Síndrome de Asperger	1	2	2	1
Síndrome de Rett	2	1	3	2
Transtorno DI	4	4	6	7
Superdotação	2	2	1	0
TOTAL	2755	2538	2366	2319

Fonte: Microdados Inep.

Conforme pode ser observado na tabela XX, destaca-se o elevado número de matrículas de alunos com deficiência intelectual na EJA, sendo na sequência matrículas de alunos com deficiência física e os alunos com deficiências múltiplas. Percebe-se também a presença de alunos com outros tipos de deficiências, como, por exemplo, surdez, baixa visão, autismo, dentre outras.

O apontamento da predominância destas deficiências na EJA vai em direção dos dados gerais das matrículas por tipo de deficiência localizado na educação básica.

Segundo Dias e Silva (2014), ao analisarem os dados do censo escolar de 2012, os resultados apontaram que a deficiência intelectual possui o maior índice de matrículas de alunos da educação especial; em todas as dependências administrativas a deficiência intelectual lidera em número de matrículas chegando a cômputo de 70% do total analisado, sendo 206.388 matrículas na esfera municipal, 114.547 matrículas na estadual e 16.553 na esfera privada.

Sobre o número considerável de alunos com deficiência intelectual, matriculados na EJA comum, os resultados do estudo de Gonçalves (2012) indicaram, dentre outros aspectos: alto índice de alunos com deficiência nas séries iniciais da EJA; concentração de matrículas de alunos com deficiência física e deficiência intelectual em espaços segregados; alto percentual de matrículas de alunos com deficiência intelectual nessa modalidade; juvenilização dos deficientes; concentração das matrículas de alunos com deficiência em instâncias municipais da EJA regular.

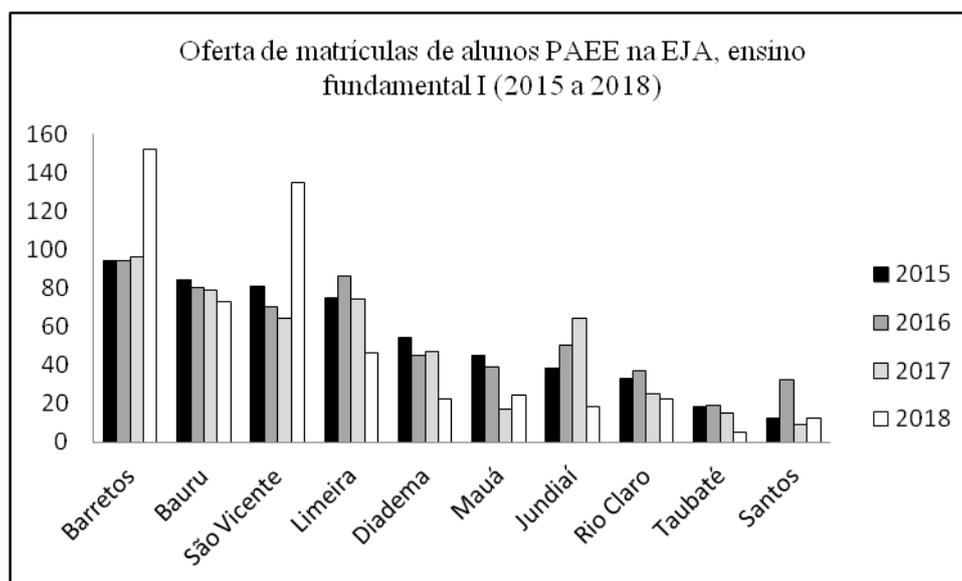
Complementando, Antunes (2012) sugere o encaminhamento de estudantes com deficiência intelectual para a EJA como uma estratégia do sistema educacional de simplesmente transferi-los para um contexto 'alternativo' de aprendizagem, ou seja, houve significativos avanços em termos do acesso de pessoas com deficiência à escola regular, porém ainda são precárias as condições oferecidas para a sua permanência.

Por outro lado, um dado interessante se refere à diminuição em 2018 do número de alunos com deficiência intelectual na EJA regular. Tal fato corrobora para os dados atuais que indicam o aumento das matrículas na EJA especial, ou ainda, provavelmente indicar a evasão escolar dos jovens e adultos com deficiência intelectual dos espaços comuns de ensino.

3.3 Caracterização da oferta de matrículas dos jovens e adultos na EJA no nível do fundamental I, nos municípios paulistas.

Considerando os municípios selecionados, cujos critérios foram: (a) ter o maior número de matrículas de alunos na modalidade da educação de jovens e adultos segundo as sinopses do Inep, ano base 2015, e (b) ter o índice populacional igual ou inferior a 500.000 habitantes, segundo dados do IBGE, observa-se que a oferta de matrículas de alunos PAEE na EJA ensino fundamental anos I sofreu variações no período de 2015 a 2018, conforme aponta o Gráfico 03:

Gráfico 03: Oferta de matrículas dos jovens e adultos na EJA no nível do fundamental I.



Fonte: Microdados Inep.

Para a apresentação dos resultados, os municípios foram organizados na ordem decrescente de acordo com a oferta de matrículas no ano de 2015. Contudo, conforme pode ser verificado no Gráfico XX, tais ofertas sofreram oscilação nos anos seguintes, com tendência à diminuição das matrículas no ano de 2018; exceto os municípios de Barretos e São Vicente.

Chama a atenção a crescente de matrículas de alunos PAEE na EJA, ensino fundamental I (anos iniciais), no município de Barretos, pois em 2015 os registros eram de 94 matrículas e em 2018 a oferta é de 152 matrículas. Alguns dos indicadores

considerados para este estudo caracterizam tais ofertas neste município, conforme observados no Quadro 01:

Quadro 01: Caracterização das matrículas no município de Barretos, segundo os indicadores cor/raça, sexo, faixa etária e zona residencial.

BARRETOS				
Ano letivo	Indicadores			
	Cor/Raça	Sexo	Faixa Etária	Zona Residencial
2015	Não declarada:10 Branca:54 Preta: 9 Parda: 21	Masculino:44 Feminino:50	15 aos 20: 5 21 aos 30: 29 31 aos 40: 17 41 aos 50: 16 51 aos 60: 18 61 aos 70: 8 71 aos 80: 3	Urbana: 93 Rural: 1
2016	Não declarada:10 Branca:55 Preta: 9 Parda: 20	Masculino:44 Feminino: 50	15 aos 20: 4 21 aos 30: 28 31 aos 40: 16 41 aos 50: 18 51 aos 60: 17 61 aos 70: 8 71 aos 80: 3	Urbana:93 Rural: 1
2017	Não declarada:11 Branca:56 Preta: 10 Parda: 19	Masc. 45 Fem. 51	15 aos 20: 1 21 aos 30: 24 31 aos 40: 18 41 aos 50: 22 51 aos 60: 19 61 aos 70: 7 71 aos 80: 4	Urbana:95 Rural: 1
2018	Não declarada: 14 Branca: 98 Preta: 13 Parda: 27	Masculino:77 Feminino:75	15 aos 20: 1 21 aos 30: 23 31 aos 40: 50 41 aos 50: 40 51 aos 60: 22 61 aos 70: 11 71 aos 80: 5	Urbana: 149 Rural: 3

Fonte: Microdados Inep.

Conforme observado no Quadro 01, os indicadores das matrículas do município de Barretos apontam que a maioria dos alunos PAEE matriculados na EJA, nível ensino fundamental (anos iniciais), é residente na zona urbana, sexo feminino, cor branca e faixa etária de 21 a 30 anos de idade. Constata-se em 2018 uma mudança no perfil dessas matrículas, ou seja, além do aumento considerável no número de matrículas, houve um crescimento do número de pessoas do sexo masculino e concentração da faixa etária dos 31 aos 40 anos de idade.

A seguir são apresentados os indicadores das matrículas do município de Bauru (Quadro 02).

Quadro 02: Caracterização das matrículas no município de Bauru, segundo os indicadores cor/raça, sexo, faixa etária e zona residencial.

BAURU				
Ano letivo	Indicadores			
	Cor/Raça	Sexo	Faixa Etária	Zona Residencial
2015	Não declarada: 27 Branca: 38 Preta: 6 Parda: 13	Masculino:43 Feminino:41	15 aos 20: 11 21 aos 30: 22 31 aos 40: 15 41 aos 50: 14 51 aos 60: 11 61 aos 70: 4 71 aos 80: 6 81 aos 90: 1	Urbana: 84 Rural:
2016	Não declarada: 32 Branca:31 Preta: 6 Parda: 11	Masculino:40 Feminino:40	15 aos 20: 8 21 aos 30: 21 31 aos 40: 16 41 aos 50: 10 51 aos 60: 13 61 aos 70: 5 71 aos 80:6 81 aos 90: 1	Urbana: 80 Rural:0
2017	Não declarada: 41 Branca: 26 Preta: 5 Parda: 7	Masculino:40 Feminino:39	15 aos 20: 4 21 aos 30: 17 31 aos 40: 18 41 aos 50: 10 51 aos 60: 12 61 aos 70: 6 71 aos 80: 7 81 aos 90: 5	Urbana: 79 Rural:0
2018	Não declarada: 36 Branca: 25 Preta: 4 Parda: 8	Masculino: 34 Feminino: 39	15 aos 20: 4 21 aos 30: 17 31 aos 40: 19 41 aos 50: 8 51 aos 60: 11 61 aos 70: 6 71 aos 80: 5 81 aos 90: 3	Urbana: 73 Rural:0

Fonte: Microdados Inep.

Conforme observado no Quadro 02, os indicadores das matrículas do município de Bauru apontam que a maioria dos alunos PAEE matriculados na EJA, nível ensino fundamental (anos iniciais), é residente na zona urbana, sexo masculino, cor branca e com a concentração principal de ingresso na modalidade na faixa etária de 21 a 30 anos de idade. Observa-se que houve uma diminuição através dos quatro anos analisados,

porém não significativa a ponto de denotar a evasão de alunos da modalidade. Neste município, as matrículas na faixa etária dos 81 aos 90 se mantiveram e a partir de 2016 aumentaram.

A seguir são apresentados os indicadores das matrículas do município de São Vicente (Quadro 03).

Quadro 03: Caracterização das matrículas no município de São Vicente, segundo os indicadores cor/raça, sexo, faixa etária e zona residencial.

SÃO VICENTE				
Ano letivo	Indicadores			
	Cor/Raça	Sexo	Faixa Etária	Zona Residencial
2015	Não declarada: 14 Branca: 35 Preta: 1 Parda: 31	Masculino:47 Feminino:34	15 aos 20: 56 21 aos 30: 19 31 aos 40: 4 41 aos 50: 2 51 aos 60: 0 61 aos 70: 0	Urbana:81 Rural:0
2016	Não declarada: 9 Branca: 27 Preta: 9 Parda: 25	Masculino: 42 Feminino:28	15 aos 20: 47 21 aos 30: 17 31 aos 40: 3 41 aos 50: 3 51 aos 60: 0 61 aos 70: 0 71 aos 80:0	Urbana:69 Rural:1
2017	Não declarada:11 Branca: 25 Preta: 11 Parda: 17	Masculino: 35 Feminino:29	15 aos 20: 35 21 aos 30: 21 31 aos 40: 3 41 aos 50: 4 51 aos 60: 1 61 aos 70: 0 71 aos 80:0	Urbana:61 Rural:3
2018	Não declarada: 16 Branca: 58 Preta: 12 Parda: 48 Amarela: 1	Masculino: 72 Feminino: 63	15 aos 20: 44 21 aos 30: 37 31 aos 40: 39 41 aos 50: 10 51 aos 60: 4 61 aos 70: 1 71 aos 80: 0	Urbana:135 Rural:0

Fonte: Microdados Inep.

De acordo com o observado no Quadro 03, os indicadores das matrículas do município de São Vicente assinalam que a maioria dos alunos PAEE matriculados na EJA, nível ensino fundamental (anos iniciais), é residente na zona urbana, sexo masculino, cor branca e se encontram matriculados na faixa etária de 15 aos 20 anos de idade. Percebe-se que em 2018 há um considerável aumento, diferente do crescimento

das matrículas em comparação aos anos anteriores, porém mantendo as mesmas características dos três anos anteriores.

A seguir são apresentados os indicadores das matrículas do município de Rio Claro (Quadro 04).

Quadro 04: Caracterização das matrículas no município de Rio Claro, segundo os indicadores cor/raça, sexo, faixa etária e zona residencial.

RIO CLARO				
Ano letivo	Indicadores			
	Cor/Raça	Sexo	Faixa Etária	Zona Residencial
2015	Não declarada: 11 Branca: 1 Preta: 0 Parda: 5	Masculino:18 Feminino:15	15 aos 20: 29 21 aos 30: 3 31 aos 40: 1 41 aos 50: 0 51 aos 60: 0 61 aos 70: 0 71 aos 80: 0	Urbana: 31 Rural: 2
2016	Não declarada: 9 Branca: 21 Preta: Parda: 7	Masculino:21 Feminino:16	15 aos 20: 33 21 aos 30: 3 31 aos 40: 2 41 aos 50: 4 51 aos 60: 0 61 aos 70: 0 71 aos 80:0	Urbana: 35 Rural: 2
2017	Não declarada: 5 Branca: 15 Preta: 0 Parda: 5	Masculino:14 Feminino:11	15 aos 20: 21 21 aos 30: 14 31 aos 40: 5 41 aos 50: 3 51 aos 60: 0 61 aos 70: 0 71 aos 80:0	Urbana: 23 Rural: 2
2018	Não declarada: 2 Branca: 15 Preta: Parda: 3	Masculino:15 Feminino: 7	15 aos 20: 20 21 aos 30: 2 31 aos 40: 0 41 aos 50: 0 51 aos 60: 0 61 aos 70: 0 71 aos 80: 0	Urbana: 19 Rural: 3

Fonte: Microdados Inep.

Conforme observado no Quadro 04, os indicadores das matrículas do município de Rio Claro apontam que a maioria dos alunos PAEE matriculados na EJA, nível ensino fundamental (anos iniciais), é residente na zona urbana, sexo masculino, cor branca e faixa etária de ingresso na modalidade dos 15 aos 20 anos de idade. Neste município, a caracterização se manteve constante em todas as variáveis.

A seguir são apresentados os indicadores das matrículas do município de Limeira (Quadro 05).

Quadro 05: Caracterização das matrículas no município de Limeira, segundo os indicadores cor/raça, sexo, faixa etária e zona residencial.

LIMEIRA				
Ano letivo	Indicadores			
	Cor/Raça	Sexo	Faixa Etária	Zona Residencial
2015	Não declarada:4 Branca: 48 Preta: 4 Parda: 19	Masculino:40 Feminino:35	15 aos 20: 60 21 aos 30: 13 31 aos 40: 0 41 aos 50: 0 51 aos 60: 0 61 aos 70: 0 71 aos 80: 1	Urbana:71 Rural:4
2016	Não declarada:4 Branca:59 Preta:6 Parda:17	Masculino:56 Feminino:30	15 aos 20: 66 21 aos 30: 14 31 aos 40: 2 41 aos 50: 4 51 aos 60: 0 61 aos 70: 0 71 aos 80: 1	Urbana:78 Rural:8
2017	Não declarada:2 Branca:58 Preta:4 Parda:10	Masculino:45 Feminino:29	15 aos 20: 48 21 aos 30: 14 31 aos 40: 5 41 aos 50: 3 51 aos 60: 0 61 aos 70: 0 71 aos 80:0	Urbana:70 Rural:4
2018	Não declarada: 3 Branca: 35 Preta: 2 Parda:6	Masculino: 27 Feminino: 19	15 aos 20: 24 21 aos 30: 10 31 aos 40: 5 41 aos 50: 4 51 aos 60: 1 61 aos 70: 2 71 aos 80: 0	Urbana:45 Rural: 1

Fonte: Microdados Inep.

De acordo com o observado no Quadro 05, os indicadores das matrículas do município de Limeira apontam que a maioria dos alunos PAEE matriculados na EJA, nível ensino fundamental (anos iniciais), é residente na zona urbana, sexo masculino, cor branca e faixa etária dos 15 aos 20 anos de idade, ou seja, nos anos iniciais de ingresso ao EJA. Esses números evidenciam o aumento constante da chegada de alunos à modalidade de ensino estudada.

Verifica-se em 2018 uma queda significativa nas matrículas, pois em 2015, 2016 e 2017 as variações se mantêm constantes e em 2018 têm uma diminuição considerável.

A seguir são apresentados os indicadores das matrículas do município de Taubaté (Quadro 06).

Quadro 06: Caracterização das matrículas no município de Taubaté, segundo os indicadores cor/raça, sexo, faixa etária e zona residencial.

TAUBATÉ				
Ano letivo	Indicadores			
	Cor/Raça	Sexo	Faixa Etária	Zona Residencial
2015	Não declarada: 2 Branca: 7 Preta: 2 Parda: 3	Masculino: 13 Feminino: 5	15 aos 20: 2 21 aos 30: 13 31 aos 40: 2 41 aos 50: 2 51 aos 60: 1 61 aos 70: 0 71 aos 80: 0	Urbana: 18 Rural: 0
2016	Não declarada: 1 Branca: 9 Preta: 1 Parda: 8	Masculino: 12 Feminino: 7	15 aos 20: 1 21 aos 30: 13 31 aos 40: 2 41 aos 50: 2 51 aos 60: 1 61 aos 70: 0 71 aos 80: 0	Urbana: 19 Rural: 0
2017	Não declarada: 2 Branca: 8 Preta: 1 Parda: 17	Masculino: 9 Feminino: 6	15 aos 20: 2 21 aos 30: 7 31 aos 40: 2 41 aos 50: 2 51 aos 60: 2 61 aos 70: 0 71 aos 80: 0	Urbana: 15 Rural: 0
2018	Não declarada: 0 Branca: 3 Preta: 1 Parda: 1	Masculino: 4 Feminino: 1	15 aos 20: 1 21 aos 30: 1 31 aos 40: 3 41 aos 50: 1 51 aos 60: 1 61 aos 70: 0 71 aos 80: 0	Urbana: 5 Rural: 0

Fonte: Microdados Inep.

Conforme observado no Quadro 06, os indicadores das matrículas do município de Taubaté apontam que a maioria dos alunos PAEE matriculados na EJA, nível ensino fundamental (anos iniciais), é residente na zona urbana, sexo masculino, cor branca e faixa etária de 21 a 30 anos de idade. Constata-se que em 2018 houve uma mudança no perfil destas matrículas, ou seja, além da diminuição considerável no número de

matrículas, a incidência da faixa etária muda para a idade entre os 31 e 40 anos. Destaca-se que, em relação ao número de habitantes e ao número de matrículas registradas no município, as matrículas na EJA são bem reduzidas.

A seguir são apresentados os indicadores das matrículas do município de Jundiá (Quadro 07).

Quadro 07: Caracterização das matrículas no município de Jundiá, segundo os indicadores cor/raça, sexo, faixa etária e zona residencial.

JUNDIAÍ				
Ano letivo	Indicadores			
	Cor/Raça	Sexo	Faixa Etária	Zona Residencial
2015	Não declarada: 2 Branca: 29 Preta: 3 Parda: 4	Masculino:24 Feminino:14	15 aos 20: 2 21 aos 30: 17 31 aos 40: 6 41 aos 50: 6 51 aos 60: 7 61 aos 70: 2 71 aos 80: 0 81 aos 90: 1	Urbana: 38 Rural:0
2016	Não declarada: 16 Branca: 24 Preta: 4 Parda: 6	Masculino:30 Feminino:20	15 aos 20: 2 21 aos 30: 9 31 aos 40: 11 41 aos 50: 12 51 aos 60: 10 61 aos 70: 5 71 aos 80: 1	Urbana: 50 Rural:0
2017	Não declarada: 11 Branca: 25 Preta: 11 Parda: 17	Masculino: 35 Feminino:29	15 aos 20: 35 21 aos 30: 21 31 aos 40: 3 41 aos 50: 4 51 aos 60: 1 61 aos 70: 0 71 aos 80:0	Urbana:61 Rural:3
2018	Não declarada: 6 Branca: 6 Preta: 1 Parda: 5	Masculino: 11 Feminino: 7	15 aos 20: 1 21 aos 30: 2 31 aos 40: 4 41 aos 50: 2 51 aos 60: 3 61 aos 70: 6 71 aos 80: 81 aos 90:	Urbana: 18 Rural:0

Fonte: Microdados Inep.

Quanto ao observado no Quadro 07, os indicadores das matrículas do município de Jundiá apontam que a maioria dos alunos PAEE matriculados na EJA, nível ensino fundamental (anos iniciais), é residente na zona urbana, sexo masculino, cor branca e faixa etária incidente em todas as idades registradas. Vê-se que em 2018 o número de

matrículas teve uma queda considerável e a faixa etária com maior incidência foi a de 61 aos 70 anos.

A seguir são apresentados os indicadores das matrículas do município de Diadema (Quadro 08).

Quadro 08: Caracterização das matrículas no município de Diadema, segundo os indicadores cor/raça, sexo, faixa etária e zona residencial.

DIADEMA				
Ano letivo	Indicadores			
	Cor/Raça	Sexo	Faixa Etária	Zona Residencial
2015	Não declarada: 31 Branca: 13 Preta: 2 Parda: 8	Masculino:23 Feminino:31	15 aos 20: 6 21 aos 30: 13 31 aos 40: 12 41 aos 50: 12 51 aos 60: 8 61 aos 70: 3 71 aos 80: 0	Urbana:54 Rural:0
2016	Não declarada: 26 Branca: 10 Preta: 2 Parda: 7	Masculino:17 Feminino:28	15 aos 20: 5 21 aos 30: 11 31 aos 40: 9 41 aos 50: 10 51 aos 60: 6 61 aos 70: 4 71 aos 80:0	Urbana:45 Rural:0
2017	Não declarada: 26 Branca: 7 Preta: 3 Parda: 11	Masculino:22 Feminino:25	15 aos 20: 5 21 aos 30: 10 31 aos 40: 8 41 aos 50: 11 51 aos 60: 7 61 aos 70: 6 71 aos 80: 0	Urbana:47 Rural:0
2018	Não declarada: 15 Branca: 2 Preta: 1 Parda: 4	Masculino:9 Feminino:13	15 aos 20: 1 21 aos 30: 5 31 aos 40: 5 41 aos 50: 4 51 aos 60: 5 61 aos 70: 2 71 aos 80: 0	Urbana:22 Rural:0

Fonte: Microdados Inep.

De acordo com o observado no Quadro 08, os indicadores das matrículas do município de Diadema apontam que a maioria dos alunos PAEE matriculados na EJA, nível ensino fundamental (anos iniciais), é residente na zona urbana, sexo feminino, cor branca e faixa etária de 21 a 30 anos de idade em 2015 e 2016, e em 2017 manteve-se na faixa etária dos 41 aos 50 anos. Na análise de 2018, consta uma queda no número

geral das matrículas em relação aos números dos anos anteriores, distribuindo-se na faixa etária dos 21 aos 30, 31 aos 40 e dos 51 aos 60 anos.

A seguir são apresentados os indicadores das matrículas do município de Santos (Quadro 09).

Quadro 09: Caracterização das matrículas no município de Santos, segundo os indicadores cor/raça, sexo, faixa etária e zona residencial.

SANTOS				
Ano letivo	Indicadores			
	Cor/Raça	Sexo	Faixa Etária	Zona Residencial
2015	Não declarada: 7 Branca: 3 Preta: 1 Parda: 1	Masculino: 7 Feminino:5	15 aos 20: 10 21 aos 30: 1 31 aos 40: 2 41 aos 50: 0 51 aos 60: 1 61 aos 70: 0 71 aos 80: 0	Urbana:12 Rural:0
2016	Não declarada: 20 Branca: 9 Preta: 0 Parda: 3	Masculino: 19 Feminino:13	15 aos 20: 26 21 aos 30: 4 31 aos 40: 2 41 aos 50: 0 51 aos 60: 0 61 aos 70: 0 71 aos 80: 0	Urbana:32 Rural:0
2017	Não declarada: 4 Branca: 1 Preta: 0 Parda: 4	Masculino: 5 Feminino:4	15 aos 20: 3 21 aos 30: 3 31 aos 40: 2 41 aos 50: 1 51 aos 60: 0 61 aos 70: 0 71 aos 80: 0	Urbana:9 Rural:0
2018	Não declarada: 3 Branca: 4 Preta: 5 Parda: 0	Masculino: 7 Feminino:5	15 aos 20: 8 21 aos 30: 1 31 aos 40: 2 41 aos 50: 0 51 aos 60: 0 61 aos 70: 1 71 aos 80: 0	Urbana: 11 Rural: 1

Fonte: Microdados Inep.

Conforme observado no Quadro 09, os indicadores das matrículas do município de Santos apontam que a maioria dos alunos PAEE matriculados na EJA, nível ensino fundamental (anos iniciais), é residente na zona urbana, sexo masculino, cor branca e faixa etária de 15 aos 20 anos de idade. Em 2016 foi o número mais elevado de matrículas, em 2015, 2017 e 2018 o número se manteve com poucas variações.

A seguir são apresentados os indicadores das matrículas do município de Mauá (Quadro 10).

Quadro 10: Caracterização das matrículas no município de Mauá, segundo os indicadores cor/raça, sexo, faixa etária e zona residencial.

MAUÁ				
Ano letivo	Indicadores			
	Cor/Raça	Sexo	Faixa Etária	Zona Residencial
2015	Não declarada: 13 Branca: 20 Preta: 3 Parda:9	Masculino:20 Feminino:25	15 aos 20: 3 21 aos 30: 18 31 aos 40: 13 41 aos 50: 3 51 aos 60: 6 61 aos 70: 2 71 aos 80: 0	Urbana:44 Rural:1
2016	Não declarada: 16 Branca: 15 Preta: 1 Parda: 7	Masculino:20 Feminino:19	15 aos 20: 5 21 aos 30: 18 31 aos 40: 10 41 aos 50: 3 51 aos 60: 2 61 aos 70: 1 71 aos 80: 0	Urbana:39 Rural:0
2017	Não declarada: 8 Branca: 4 Preta: 1 Parda: 4	Masculino:6 Feminino:11	15 aos 20: 1 21 aos 30: 7 31 aos 40: 5 41 aos 50: 1 51 aos 60: 2 61 aos 70: 1 71 aos 80: 0	Urbana:17 Rural:0
2018	Não declarada: 13 Branca: 5 Preta: 0 Parda: 6	Masculino: 9 Feminino: 15	15 aos 20: 3 21 aos 30: 8 31 aos 40: 8 41 aos 50: 5 51 aos 60: 61 aos 70: 71 aos 80	Urbana: 23 Rural: 1

Fonte: INEP

Conforme observado no Quadro 10, os indicadores das matrículas do município de Mauá apontam que a maioria dos alunos PAEE matriculados na EJA, nível ensino fundamental (anos iniciais), é residente na zona urbana, sexo feminino, cor branca e faixa etária de 21 a 30 anos de idade. De 2015 a 2017, as matrículas sofreram pequenas quedas e no ano de 2018 mostraram um pequeno aumento, porém revelando a entrada de novos alunos na modalidade.

De acordo com Bastos (2009), vivenciar o cotidiano da Educação Especial no contexto da EJA permite uma análise das duas modalidades de educação de forma a

perceber como ocorre o processo de inclusão de cidadãos duplamente excluídos socialmente, pessoas que, ao longo de suas trajetórias de vida, lutam contra sua situação de marginalizados e almejam sua inserção na sociedade, assumindo o lugar de protagonistas de suas próprias histórias.

3.4 Oferta do Atendimento Educacional Especializado aos alunos PAEE matriculados na EJA, nos municípios selecionados.

No Quadro 11 estão organizados os resultados da oferta e não oferta do atendimento educacional especializado em cada município analisado, em ordem do município com menor número de habitantes para o maior número no ano de 2015, 2016, 2017, e 2018.

Quadro 11: Matrículas na EJA e Matrículas no Atendimento Educacional Especializado – Municípios do Estado de São Paulo

	2015		2016		2017		2018	
	Matrículas de alunos PAEE na EJA	Matrículas no AEE na mesma rede de ensino	Matrículas de alunos PAEE na EJA	Matrículas no AEE na mesma rede de ensino	Matrículas de alunos PAEE na EJA	Matrículas no AEE na mesma rede de ensino	Matrículas de alunos PAEE na EJA	Matrículas no AEE na mesma rede de ensino
BARRETOS	94	0	94	0	96	0	152	0
RIO CLARO	33	19	37	11	25	17	22	10
LIMEIRA	75	0	86	24	74	59	46	33
TAUBATÉ	18	4	19	7	15	6	5	0
SÃO VICENTE	81	33	70	26	64	23	135	25
BAURU	84	31	80	40	79	47	73	40
JUNDIAÍ	38	33	50	31	28	12	18	14
DIADEMA	54	12	45	4	47	9	22	6
SANTOS	12	6	32	25	9	0	12	2
MAUÁ	45	13	39	17	17	4	24	9
TOTAL								

Fonte: Inep

Conforme os dados apresentados no Quadro 11, pode-se verificar que os números de matrículas em todos os municípios, quando comparados ao número de atendimentos ofertados, revelam a falta de organização na modalidade de ensino e deixam subentender que os alunos com deficiência matriculados na EJA continuam em defasagem de ensino, uma vez que, ao ingressar na modalidade, o aluno já traz consigo experiências de vida e falhas nos métodos de ensino que foram ofertados a ele até este momento.

Considerando o Art. 2º, das Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, o AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2011).

A partir da garantia do direito ao AEE e a comparação entre os números de matrículas e a oferta do atendimento, é possível refletir que a oferta do serviço ainda é desigual dentro das escolas municipais dos municípios analisados. Quando procurados os documentos legais que se referem ao atendimento em cada município, o serviço foi citado em pequenos trechos ou como um serviço de apoio à modalidade. Por exemplo, o município de São Vicente apresenta os maiores números de matrículas quando comparado aos outros municípios, e os números de atendimento ofertados na mesma rede de ensino não cobrem essas matrículas em sua totalidade.

Já Jundiaí, que manteve um número menor de matrículas, percebe-se que a oferta do AEE é mais abrangente, mesmo que não atenda a todos os alunos matriculados.

O município de Barretos não apresenta nenhum caso de atendimento educacional especializado, apesar do número total de matrículas se manter constante pelos três primeiros anos e, em 2018, ter um considerável aumento – não há informações a respeito de como é o processo de ensino desses alunos.

Quando acessados os documentos acerca da educação no município, nada consta sobre Atendimento Educacional Especializado, as informações indicam a oferta da EJA e da educação especial, mas não especifica e nem traz informações de como são organizadas essas salas de aula que recebem os jovens e adultos com deficiência.

Ao interpretar a tabela com base nas literaturas estudadas, constata-se que o atendimento educacional especializado passa por um momento de reformulação e de aceitação dentro das escolas. Com o aumento e oscilação das matrículas em todos os municípios e a incidência de ingresso em determinadas faixas etárias, é perceptível que

há um movimento para a garantia da oferta do AEE; porém, ao mesmo tempo, nas oscilações das ofertas a interpretação é de que pode haver dúvidas e inseguranças quanto aos procedimentos a serem adotados no atendimento, o que resulta na diminuição de alunos atendidos no AEE em determinados anos nos municípios analisados.

A EJA se identifica por ser a modalidade em que se encontra um elevado número de pessoas que foram excluídas socialmente, marginalizadas ou não tiveram acesso ao ambiente escolar na idade adequada de acordo com as diretrizes educacionais. Essas pessoas buscam na escola uma oportunidade de se igualar socialmente, melhores chances de ascensão profissional e de melhoria de vida em aspectos gerais (LIMA; SILVA, 2013).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo foi possível promover uma reflexão sobre o que representa o aumento do acesso de alunos com deficiência na modalidade EJA. Para trazer o panorama das matrículas e caracterizar o público-alvo, foram utilizados os indicadores, pois eles têm um papel de destaque nas sociedades modernas no sentido de divulgar comportamentos de diversos setores e por permitir uma análise, na maioria comparativa, da sua evolução. Os indicadores foram fundamentais para a realização deste trabalho, por intermédio deles foi possível realizar comparações entre os anos que foram coletados os dados e observar o que se alterou ao decorrer do tempo.

Com os dados dos dez municípios paulistas analisados, foi possível evidenciar a discrepância entre os alunos PAEE matriculados na EJA e a oferta do AEE. Nos resultados acerca da oferta do Atendimento Educacional Especializado nas escolas municipais dos municípios analisados, observou-se que um dos municípios – Barretos, não ofertou o atendimento em nenhum dos anos coletados, e os outros nove municípios ofertam o AEE na mesma rede de ensino, mas não é acessível a todos os alunos, mantendo-se em números mais elevados em alguns municípios e números baixos em outros.

Destacou-se na pesquisa que a faixa etária com maiores números de matrículas é dos 15 aos 20 anos e dos 21 aos 30 anos. As demais faixas etárias mantêm um número constante de matrículas de acordo com o número de matrículas gerais de cada município analisado. As faixas etárias predominantes indicam que esses alunos, provavelmente até então mantidos em instituições ou cuidados em ambiente familiar, retornam à rede de ensino pelos seus direitos assegurados nos pareceres explicitados ao longo deste trabalho e pelas maiores oportunidades de ingresso na modalidade. A abertura de vagas de trabalho para esta parcela da população também incita o retorno à escola, onde buscam capacitação e aprendizado para se desenvolverem social e profissionalmente.

A maioria dos alunos habita na zona urbana e apenas 22 alunos se encontram na zona rural (as mesmas matrículas na zona rural se mantêm nos anos de 2015, 2016 e 2017 e 2018). Considerando a variação de matrículas e a constância de alunos que habitam zona urbana x rural, é possível considerar que este não é um fator que culmina em mais uma barreira de acesso do aluno ao ensino, pois é oferecido o transporte aos alunos que residem na zona rural dos municípios analisados.

Complementando, ao olhar para os dados obtidos na pesquisa, a realidade que se tem é a de um campo onde há falta de informação e investimentos para cumprir na prática o que é assegurado por lei. As matrículas em números são muitas e a permanência desses alunos é mediana. Para compor a falta de informação e acesso, o campo de estudos da modalidade também é pouco procurado, seja por falta de interesse, por falta de informações e trocas nesse ambiente seja por falta de material para formular hipóteses e pesquisar as causas.

Entre o total de matrículas verificou-se também o número elevado de matrículas de alunos com deficiência intelectual seguida da matrícula de alunos com deficiências físicas nos três anos analisados neste trabalho. A concentração de matrículas de alunos com deficiência intelectual se manteve constante nos quatro anos.

Neste aspecto, de acordo com os dados analisados nesta pesquisa, há um fator positivo, que é a oferta contínua do AEE nos nove dos dez municípios analisados, mesmo que o número de matrículas tenha sofrido uma queda anualmente.

Há muito que pesquisar acerca dessa temática, tendo em vista a necessidade de atrair mais atenção à EJA, que representa o importante papel de reintegrar todos os jovens e adultos, os quais, pelos mais variados motivos, não puderam cumprir as etapas de ensino na idade correspondente. Além de avançar em práticas educacionais em sala de aula regular, ainda é preciso reconhecer o AEE como um sistema de apoio fundamental na trajetória que o aluno vai percorrer pela modalidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, K. C. V. História de vida de alunos com deficiência intelectual: percurso escolar e a constituição do sujeito. 2012. 154p. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

_____. Lei Federal n. 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 1996

_____. Lei Nº 13.632, de 6 de Março de 2018, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Brasília, 2018.

_____. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Deficiência, Brasília, 2015.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2015). Microdados 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 25 jul. 2018

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2016). Microdados 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 25 jul. 2018

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2017). Microdados 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2018). Microdados 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 13 ago. 2018.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2011a.

_____. IBGE Estados – São Paulo. Cidade: IBGE, 2018. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp>> Acesso em: 15 ago. 2018.

CAMPOS, J.A.P.P.; DUARTE, M. O aluno com deficiência na EJA: reflexões sobre o atendimento educacional especializado a partir do relato de uma professora da educação especial. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 271-284, maio/ago. 2011.

CARVALHO, R.; E. **Colocando os pingos nos “is”**, São Paulo: Mediação, 2004.

CARVALHO, R. V. A Juvenilização da EJA: Quais Práticas Pedagógicas? In: 32ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2009a.

DI PIERRO, M. C.; RIBEIRO, V. M.; JOIA, O. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos do CEDES (CAMPINAS)**, ano XXI, nº 55, novembro/2011.

GATTI, B. A. Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 25-35, set./dez. 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 208p.

GONÇALVES, T. G. G. L. Escolarização de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. 2012. 72p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2012.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, mai-ago, p. 108-130, 2000.

HAAS, C.; GONCALVES, T. G. G. L. Em tempos de democratização do direito à educação: como têm se delineado as políticas de acesso à EJA aos estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul? **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 21, n. 4, p. 443-458, Dec. 2015.

IBM SPSS 2.0. Statistical Package for the Social Sciences. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/SPSS>>.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>> Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, medidas e aplicações. Campinas: Allínea/PUC-Campinas. 4. ed. 2009.

JANNUZZI, G.S. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. Campinas SP. Autores Associados, 2012.

LEITE, G.; Garcia; CAMPOS, J. A. P. P. Percurso Escolar de Estudantes com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos, Nível Ensino Médio. Rev. bras. educ. espec., Bauru, v. 24, n. 1, p. 17-32, Mar. 2018.

MAFFEZOLI, R. R; GÓES, M. C. R. Jovens e adultos com deficiência mental: seus dizeres sobre o cenário cotidiano de suas relações pessoais e atividades. In: 27ª Reunião Anual da ANPED. **Caxambu**, v. 1. p. 1-15, 2004.

MARTINS, T. B. Processos de exclusão social: A contribuição do conteúdo e ensino de História e a visão dos jovens e adultos. 28ª Reunião Anual da ANPED GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas, n.18, Caxambu, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez. 2005.

MELLO E SOUZA, A. A Relevância dos Indicadores Educacionais para Educação Básica: informação e decisões. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p.153-179, maio./ago. 2010.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez. 2006.

MENDES, E. G.s; LOURENCO, G. F. Viés de gênero na notificação de alunos com necessidades educacionais especiais. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 15, n. 3, p. 417-430, Dec. 2009.

MELETTI, S. M. F.; RIBEIRO, K. INDICADORES EDUCACIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 34, n. 93, p. 175-189, May 2014

OZGA, J. **Investigação em políticas educacionais**: terreno de contestação. Porto: Porto Editora, 2000.

REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. Escolarização dos alunos da educação especial na política de educação inclusiva no Brasil. *Inc. Soc.*, Brasília, DF, v.11 n.1, p.56-66, jul./dez. 2017

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. 2018. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/> > Acesso em: 15 ago. 2018.

SIEMS, M. E. R. Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção. **Educação em Foco**, v. 16, p. 61-80, 2011.